

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2019

Aos 15 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove pelas nove horas e trinta e cinco minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, Anastácia Maria Escórcio Fins, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, José Carlos Ponte dos Santos, Lígia Maria do Couto Fagundes Gonçalves, Marco Paulo Vieira Alves, Miguel Reis e Sousa, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Sandra Maria Sousa Garcia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel, Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Bárbara Sofia Neto Ourique, José Gaspar Rosa de Lima, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 20 de fevereiro de 2019 foi aprovada por maioria com uma abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

▪ **Pedido de renúncia de mandato:**

«Serve a presente para informar V. Exa., nos termos do previsto na lei n.º 169/99 de 19 de setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro conforme o previsto no n.º 1 do artigo 66, da minha renúncia ao mandato para o qual fui eleito pelo Partido Social Democrata para a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Aproveito ainda a oportunidade para demonstrar o meu sincero reconhecimento pelo excelente trabalho que V. Exa. tem realizado no desempenho das suas funções e apresentar os melhores cumprimentos.

Angra do Heroísmo, 08 de abril de 2019.

Luís Guilherme Duarte Brasil.»

Sr. presidente da Mesa – Informo que dei posse à senhora deputada Sónia Pimentel como substituta do senhor deputado Luís Brasil.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Exmo. senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caríssimos vereadores, senhoras e senhores deputados, muito bom dia. Como está a chover, julgo ser uma boa altura para discutirmos com o senhor presidente da Câmara uma questão que tem vindo a preocupar os munícipes, relacionada com o crescimento de fenómenos climatéricos extremos, fruto das alterações climáticas que fazem com que, a meados de abril, nos sintamos como em janeiro a rachar de frio e com bastante chuva.

O centro de Angra tem sido assolado por um conjunto de enxurradas nos períodos de chuvas mais intensas devido à concentração de fenómenos de precipitação e ao que tem sido feito em termos de ordenamento do território, à impermeabilização dos solos e também devido a construções com algum impacto como a Circular Externa de Angra ou o novo hospital.

Devido à maneira como são trabalhados, os terrenos agrícolas estão cada vez mais impermeabilizados, originando um aumento das escorrências. Tudo isto nos obriga a refletir a respeito da implementação de medidas no sentido de evitar que as chuvas intensas que caem nas zonas altas a montante venham parar à Praça Velha, à Rua Direita e à baía de Angra.

Sabendo que isto não se resolve de um dia para o outro, gostaria que o senhor presidente nos desse conta das atividades da Câmara no que respeita a medidas preventivas que estão ou possam vir a ser postas em marcha no sentido de se criar um maior número de poços e sumidouros, melhorar os sistemas de drenagem de água e exercer um maior cuidado com a limpeza das ribeiras e outras linhas de água.

Em segundo lugar e tendo em conta a agenda de trabalhos de hoje no que respeita à discussão da conta da Câmara, julgo ser este o momento para discutirmos também o que pode ser um ponto de viragem em termos de políticas de investimento público municipal no concelho. Nos últimos anos houve a preocupação de consolidar financeiramente a Câmara devido a um conjunto de investimentos relacionados com a habitação que, em termos de dívida, oneraram o município a um passivo muito grande. Os executivos camarários viram-se obrigados a agir de forma conservadora porque tiveram contas para pagar e ficaram muito limitados na sua

capacidade de investimento para alavancar a economia do concelho. Por opção política, foi dada prioridade aos equipamentos sociais e terão ficado para segundo plano, investimentos como o setor do turismo entre outros. Temos uma situação financeira que talvez nos permita, em termos de discurso, discutir alguns investimentos necessários porque nenhum executivo municipal visa a acumulação de lucros e as folgas orçamentais devem ser aplicadas no sentido da obtenção do melhor retorno possível.

Tendo em conta a posição do PSD e a forma como temos exercido o nosso mandato de oposição de forma crítica e colaborante, gostaríamos de discutir estas duas questões - mais políticas do que técnicas - porque esta opção em termos de viragem pode ser marcante ou revelar-se uma oportunidade perdida nesta altura do mandato.

Sr. presidente da Câmara – Senhor presidente e senhores membros da Assembleia, muito bom dia a todos. Estas duas questões colocadas pelo senhor deputado Luís Rendeiro são verdadeiramente pertinentes, de alguma maneira, têm vindo a dominar o debate no interior do próprio executivo e coincidem com as minhas preocupações em relação à condução das políticas municipais.

Nesta última década tivemos cerca de cinco fenómenos de algum tipo de enxurrada na zona central da cidade e quase sempre com a mesma origem, essencialmente relacionada com a precipitação que acontece na face sul da serra do Morião nesta zona elevada aqui atrás, que depois vem atravessar a cidade.

Está feito um estudo para se tentar perceber as causas e leva à conclusão que temos sensivelmente três bacias hidrográficas de alguma dimensão na zona da cidade. A maior corresponde à ribeira de S. Bento e a toda aquela zona do hospital para leste até à encosta da serra da Ribeirinha. A bacia da Grotta do Vale, que é mais pequena, tem pouca influência na zona urbana, embora nesta última enxurrada tenha saído água ali na zona do Estádio. A bacia da Ribeira de S. Bento é a maior de todas e a mais perigosa porque drena praticamente toda a face da serra e é a zona de maior precipitação.

Ao longo destes últimos anos tem havido um notável investimento por parte da Câmara e do Governo Regional. A obra que foi feita consumiu cerca de 2,5 milhões de euros e permitiu que, nestas últimas enxurradas, não tivessem acontecido problemas na parte alta de S. Bento e está a ser feito um trabalho no troço da olaria para baixo que resolverá o problema naquela zona. O troço mais a jusante até ao mar é menos perigoso e a única zona de perigo situa-se nas traseiras da panificação onde está a decorrer uma obra que resolverá esse problema.

Do ponto de vista das inundações, ficaremos apenas com um ponto de estrangulamento por debaixo do Império do Largo de S. Bento onde a obra é um pouco complexa porque o Império foi construído em cima da ribeira, o que causa ali uma restrição, mas vamos tentar resolver.

Há um outro afluente dessa grotta que é muito complexo; vem da Nasce Água, passa por detrás de S. Rafael, deveria entrar por completo na calha da ribeira dos moinhos, que está cortada pela construção da Circular e já não funciona, e depois atravessa a via na zona da rotunda de S. Rafael, passa ao lado do cemitério e vem parar ali por detrás da Canada do Barreiro onde foi construído um prédio em cima da ribeira que foi canalizada com uma pequena manilha que atravessa de um lado para o outro e fez o curto-circuito hidráulico. A água deixou de seguir o seu curso normal diante de Santo António dos Capuchos até ao Largo de S. Bento mas está canalizada para a Grotta dos Calrinhos onde a Câmara fez já uma intervenção na parte alta e está com a situação totalmente resolvida. Esta ligação hidráulica não tem capacidade e é preciso uma obra complexa nessa zona porque a quina do prédio está em cima da ribeira e há uma travessia ao longo de um bloco de apartamentos que foi construído ao lado do tubo.

Temos vindo a aumentar as aflúncias para essa grotta. Sempre que chovia tínhamos a estrada cortada na zona da Nasce Água ao lado do pequeno hotel que ali existe e a Câmara fez um

investimento no sentido de melhorar o escoamento lá em cima e asfaltou aquela via, eliminando o problema, mas ficou a correr para o lado de S. Rafael porque a água que descia pela estrada voltou ao seu curso natural. A casa que era uma antiga azenha e fica do lado de baixo da estrada que sai do largo da Vinha Brava e vai dar aos Altares foi severamente inundada porque houve um conjunto de obras ilegais no leito da ribeira. A Câmara está a iniciar o processo para adquirir a casa e retirá-la dali porque o investimento para a recuperar é muito superior ao seu próprio valor.

Há um conjunto de restrições nas traseiras de S. Rafael que tornam impossível o normal funcionamento dessa linha de água. É preciso fazer um investimento grande no troço que vai entre o início da Casa de Saúde do Espírito Santo e a rotunda onde a ribeira praticamente desapareceu num troço de cerca de 200 metros. Em tempos houve lá o mercado do gado, a grotta continuava encostada à parede mas o desaparecimento desse canal devido à construção da FRUTER originou os atuais problemas.

É preciso fazer a ligação hidráulica entre o extremo da Casa de Saúde do Espírito Santo e o topo da grotta que fica no terreno relativamente elevado junto à rotunda do lado do mar que foi adquirido pela Câmara exatamente por essa razão. Com isso resolveremos um dos problemas mais complicados com grande influência aqui na parte baixa da cidade porque a água vem pelo Desterro abaixo quando a grotta extravasa ali.

Está ainda a decorrer uma obra no Desterro com a construção de uma passadeira elevada e a ser dado um relevé diferente ao asfalto junto à ermida no sentido de se evitar que um eventual transvase lá em cima na zona alta venha parar à Praça Velha.

Aquele fenómeno é antigo. Existem fotografias do início do século XX que mostram a Praça Velha cheia de pedras e a Ladeira de S. Francisco transformada numa ribeira. Há uma fotografia famosa que circula nas redes sociais e mostra a água que descia pelo Desterro e pela Ladeira de S. Francisco.

Embora possa voltar a acontecer em situações extremas, essa situação está já muito mitigada. A obra em curso e o relevé junto à ermida fez com que nesta última enxurrada não houvesse descida de água por aqui porque foi desviada para outro lado e há uma travessia da grotta nos Cupins que está feita com uma manilha mas não pode ficar assim e tem que ser feita uma ponte, uma obra que estamos em vias de iniciar.

A outra bacia com alguma dimensão foi muito modificada com a construção do hospital e tem a ver com a drenagem da Ladeira da Pateira e aqueles cerrados que ficam nas traseiras do novo hospital entre aquele tubo verde da central hidroelétrica e S. Rafael. Há ali um vale com alguma dimensão que se prolonga pela montanha acima até à mata do Estado, uma bacia comprida com sérios problemas que gera bastante escoamento. Antes da construção do novo hospital, a água descia pela Miragaia e foi desviada para as traseiras de uma casa situada ao lado da padaria da Ponta do Muro. Estamos em vias de adquirir essa casa com o objetivo de construir ali uma bacia de retenção.

Há uns tempos fizemos uma bacia de retenção nas Bicas que funcionou espetacularmente bem nos últimos anos. Por cima do muro só galga água limpa e tudo o que é caudal sólido fica lá retido. Funcionou assim ali na rua Capitão João d' Ávila onde não tivemos qualquer problema apesar de o muro ter sido galgado e vamos ter que fazer o mesmo ao lado dos reservatórios dos Serviços Municipalizados na Ponta do Muro de maneira a criar ali uma zona que retenha o caudal sólido, ou seja, as pedras e a terra que provenham dos cerrados atrás. Criaremos condições para que essa água seja encaminhada pela Circular até à rotunda onde será recolhida na grotta que tem que ser aberta no terreno que a Câmara comprou ali ao lado. Estão estabelecidas negociações com o proprietário da casa, foi feita uma avaliação e esperamos que seja possível chegar a um entendimento nos próximos meses.

Existe uma outra linha de água que descia do outro lado do hospital pela Canada do Farroco e ia parar ao Chafariz Velho onde havia a chamada «grotta». No século XVI foi construído um canal artificial que transportava essa água da zona da igreja de Santa Luzia, passava de canto por debaixo do muro onde hoje existe o Solar da Madre Deus e levava-a para fora da cidade para além da linha de fecho que corresponde ao Alto das Covas. Esse canal artificial foi cortado em vários pontos pela construção de casas no período a seguir ao sismo de 1980 e essa estrutura não funciona desde essa altura. Em resultado disso, a água que desce naquele vale do caminho da central, sai no Chafariz Velho, desce pela Miragaia e pela Rua do Marquês e vem parar à Praça Velha, sendo a maior contribuição para as enxurradas aqui em baixo.

A resolução desse problema é bastante mais difícil porque tudo isto acontece numa zona densamente urbanizada sem grandes espaços para obras. É um trabalho que está a ser feito com a Junta de Freguesia de Santa Luzia com a aquisição de uns terrenos por detrás da central para fazer a ligação do caminho da central para aquela zona do cruzamento conhecida como «pão de milho». Nesse processo será possível criar uma bacia de retenção que permita reter o caudal sólido proveniente dos cerrados de trás e deixar passar apenas água limpa para diante. A partir daí a dificuldade é grande porque já não é possível enviar essa água para o lado do Alto das Covas, vamos ter que a absorver de alguma maneira naquele troço ao pé do caminho da central e deixar que alguma atravesse a parte baixa da cidade.

Há uma solução para reduzir as aflúências aí com a criação de um canal por fora da Circular entre a entrada do hospital do lado da Silveira e a rotunda da Canada Nova para fazer a água correr para esse lado, o que apresentará grandes problemas porque vai parar às traseiras das casas da Rua Capitão João d'Ávila que são já fortemente sacrificadas pelas cheias geradas pelos próprios cerrados. As casas foram construídas pegadas umas às outras e há uma espécie de muralha que impede a entrada da água. Este é o caso mais complexo que exige um investimento mais pesado.

A Canada do Fainha recebe água da Serra da Ribeirinha e transporta-a para a ribeira de S. Bento devido a modificações que foram feitas nos terrenos a montante, um assunto relativamente simples que esperamos resolver nos próximos meses com a boa vontade dos proprietários da zona através da construção de um canal para atravessar dois cerrados e reenviar essas águas para o seu destino que é a Grotta do Vale.

O saltar das tampas da rede de drenagem ficará bastante mitigado nos próximos tempos porque a estação elevatória da praça de touros já funciona em parte, o esgoto da parte baixa da cidade está a ser enviado para a ETAR e os esgotos dos Laticínios que envolvem cerca de 30% do volume total da rede estão também a ser enviados diretamente para a ETAR. A estação tem menos 30% da carga que tinha há uns meses e dentro de algumas semanas ou um mês terá apenas 30% do total, visto que 70% sai daqui. Falta apenas construir um troço de transporte de esgoto nas traseiras da panificação onde houve um problema com os proprietários e foram necessárias algumas alterações, mas contamos terminar a obra nas próximas semanas.

As tampas saltarão menos vezes do que até agora. Há uma tampa que salta por razões de deficiente projeto que é a que está no topo da Rua do Marquês na interseção com a Rua do Rego porque a água desce a grande velocidade, bate contra uma parede e é obrigada a fazer uma curva a 90 graus. Está a concurso a repavimentação da Miragaia e nesse processo será construída ali uma curva mais adoçada para que não haja tanta perda de carga localizada e a água não ressalte.

Respondendo agora à segunda questão do senhor deputado Luís Rendeiro, posso informar que temos no nosso município uma situação de estabilidade financeira apesar de continuarmos a pagar cerca de 1,5 a 1,7 milhões de euros de dívida antiga que continua um peso razoável nas contas do município e poderíamos encarar o futuro com outra alegria se tivéssemos esta verba

livre. Isto vai continuar a acontecer praticamente ao longo de toda a década de 2020 e as dívidas só ficarão totalmente amortizadas entre 2027 e 2029.

Relembro que a componente mais forte tem a configuração de dívida excepcionada visto que é paga, no capital e nos juros pelo Governo Regional, porque tem a ver com habitação. Recebemos dinheiro do Governo Regional que usamos para pagar a dívida e colocamos cerca de 750 mil euros ao ano do nosso orçamento para a sua amortização, o que faz com que tenhamos hoje uma situação estruturalmente equilibrada e o endividamento da Câmara não é um grande obstáculo àquilo que se queira fazer.

Nos últimos anos preparou-se um conjunto de investimentos que esperamos ver iniciados este ano e vão absorver a capacidade do município neste mandato com vista a acabar a reconstrução do sismo de 1980. Refiro-me às obras da Igreja das Concecionistas, da Igreja do Livramento e das questões que dizem respeito à Fanfarra Operária, situações que, infelizmente, percorreram estas décadas todas sem solução.

Neste momento está a decorrer em Ponta Delgada a reunião da Associação de Municípios que se espera decisiva quanto à redistribuição dos financiamentos comunitários para que possamos tomar uma decisão acerca da construção do silo automóvel e do mercado municipal. Ao longo destes anos criámos condições para que não haja restrição à boa manutenção dos equipamentos das freguesias e das instituições e é muito importante manter este nível de investimento. Em cada ano temos que despende cerca de um milhão e meio de euros para os apoios às instituições do concelho e às juntas de freguesia para que possam ter condições que lhes permitam uma vida financeira estável.

A nossa capacidade financeira permite-nos amortizar o que falta da dívida, fazer os investimentos necessários na reconstrução dos imóveis de natureza histórica e patrimonial que foram danificados pelo sismo de 1980 - uma necessidade importante para a qualidade arquitetónica e histórica da nossa cidade - e iniciar o processo do mercado que tem já o seu projeto pronto como resultado de um compromisso assumido por todos nós.

Os resultados da reunião da Associação de Municípios que está a acontecer hoje vão determinar o curso da ação nos próximos meses. Mesmo que, daí não resulte a redistribuição de verbas, a nossa capacidade financeira permite-nos iniciar essa obra mas limitará severamente qualquer outra ação, já que estamos a falar de um investimento a rondar os seis milhões de euros e creio não haver no arquipélago outra autarquia que afirme possuir condições de iniciar um investimento desse montante à sua conta. Se pudermos avançar com financiamento comunitário, a nossa vida ficará muito mais fácil, caso contrário, teremos que tomar as medidas necessárias. Volto a lembrar que vai agora iniciar-se uma nova vaga de investimento municipal relacionada com a Igreja das Concessionistas, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento, a Fanfarra Operária e o Clube Náutico, obras que se arrastam há décadas e, se tudo correr bem, terão o seu início este ano.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – As explicações dadas pelo senhor presidente da Câmara suscitam-me uma preocupação acrescida relacionada com evidentes falhas ao nível do licenciamento de muito que se andou a construir para aí, umas obras mais antigas e outras mais recentes como o caso da FRUTER...

Sr. presidente da Câmara – Este é um assunto que diz respeito a outra instituição e não há nenhuma falha no licenciamento. Quando a FRUTER foi construída, já aquela grota tinha sido cortada há muitos anos devido à construção do Clube Musical e não corria ali um pinga de água.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Isso não invalida o que eu estava a dizer. A importância do licenciamento em termos de construção e de obras públicas, daquele que é também o licenciamento camarário, tornou-se incontornável e motivo de uma enorme despesa devido ao

extenso número de problemas ligados à construção civil e ao ordenamento que o senhor presidente da Câmara acabou de referir. A situação deve ser repensada e os técnicos camarários responsáveis por esses licenciamentos devem estar conscientes de que não basta assinar os papéis; é preciso perceber o que vai sendo mal feito e conhecer as respetivas consequências porque tudo isto pesa sobre a segurança de todos e os custos de recuperação de um mau licenciamento podem ser muito complexos.

Senhor presidente, tendo em conta o montante e a dimensão do que está em jogo em termos de investimento para mitigar estas escorrências, não seria possível captar algumas dessas águas para compensar nos períodos de seca como a que aconteceu no verão passado que o senhor nos descreveu como um dos anos mais difíceis dos últimos tempos em termos de gestão hídrica? Os períodos de fenómenos climáticos extremos acabam por ter os seus opostos e essas águas poderiam ser aproveitadas para os períodos em que fazem mais falta.

Em referência à outra questão que lhe coloquei, com todo o apoio do PSD e julgo que, também do CDS-PP, percebo a sua preocupação em virar definitivamente a página das ruínas do sismo de 1980 e a intenção de avançar com o mercado Duque de Bragança que também se arrasta há demasiado tempo e é uma obra que todos queremos e apoiamos devido à sua importância para o turismo, para a economia e para a dinâmica do centro da cidade. Quanto às outras obras, reconhecendo a sua importância histórica e cultural e a necessidade de eliminação das ruínas, não me parece que tenham um impacto direto na alavancagem da economia, do turismo e da criação de riqueza como o mercado municipal ou a obra de proteção da orla costeira do Fanal até à Silveira.

Devemos continuar a refletir em termos de priorização e gestão dos escassos recursos, analisar o que nos poderá trazer mais retorno e dar uma no cravo e outra na ferradura porque não temos assim tantas fontes de riqueza e de criação de emprego.

Sr. presidente da Câmara – Há pouco esqueci de referir a rede viária, uma área de investimento que necessita de reforço, mas podemos debater isso mais adiante na discussão das contas.

Houve um cuidado bastante maior do ponto de vista do ordenamento do território desde a entrada em vigor do PDM e a maior parte dos problemas urbanísticos que agora nos estão a afligir na zona urbana têm essencialmente a ver com o período da reconstrução a seguir ao sismo, em que tudo valeu e fez-se o que era preciso, mas nem sempre foram acautelados todos os fatores do ponto de vista global.

Quanto a questões hídricas, não há grande interesse na reutilização destas águas; importante é a sua infiltração porque estamos a usar cada vez mais águas subterrâneas, razão pela qual estas bacias de retenção de caudal sólido parecem a melhor solução. Temos estado a observar o desempenho da bacia que se fez junto à rotunda das Figueiras Pretas que tem funcionado muito bem e aquele tipo de estrutura permite a infiltração de uma boa parte da água nas chuvadas normais. Nos casos excecionais, fica ali retido tudo o que é pedras e terra e só passa água limpa por cima do muro, permitindo uma gestão bastante mais adequada das vias a jusante.

Nesta altura está a ser projetada uma bacia de retenção ali na Ponta do Muro para recolher a água daqueles terrenos a montante, pretendemos construir duas ou três mais acima e temos que fazer o mesmo na zona do caminho da central para evitar que os resíduos sólidos venham parar ao Chafariz Velho. Durante os anos normais, toda a água é infiltrada e pode ser usada posteriormente através dos furos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 11 de fevereiro a 31 de março, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade municipal compreendida entre o período de 11 de fevereiro a 31 de março decorreu com toda a normalidade e este ano foi possível iniciar a execução financeira um bocadinho mais cedo. Todos os anos a transição do ano é um desafio por causa das reinscrições e tudo o que tem a ver com o encerramento da conta do ano anterior, mas este ano as coisas correram manifestamente bem e conseguimos arrancar com o novo ano financeiro em tempo record.

Nestes primeiros meses do ano tivemos quatro aposentações, mais do que no ano anterior, em parte como resultado de um melhor funcionamento da junta médica da Caixa Geral de Aposentações. Havia um conjunto de trabalhadores que há muito se encontravam de baixa prolongada mas foram finalmente chamados à junta médica que os considerou inaptos e resolveu-se essa questão. Temos ainda cerca de uma dezena de trabalhadores à espera mas vamos ver o que nos reservam os próximos meses.

Do ponto de vista das obras e da ação do município, posso adiantar que a obra do jardim está praticamente pronta com as árvores já plantadas e estamos a proceder aos arranjos finais. Estamos a planear a sua inauguração na abertura das Sanjoaninas e os senhores estão todos convidados para a cerimónia que decorrerá no dia 21 de junho na casa do jardim.

A obra do Centro Interpretativo também decorre a bom ritmo sem nada de anormal a assinalar e as coisas têm corrido bem na obra do Fanal onde está já feita toda a componente do passeio para oeste. Estamos numa fase de projeto do seu prolongamento e a tentar resolver um conjunto de problemas técnicos que se colocaram na curva para entrar na baía da Silveira. A parte da pregagem e do reforço da encosta serão feitas durante o mês de maio, altura em que esperamos alguma garantia que o mar não venha a causar distúrbios para podermos acabar a obra dentro da baía.

As obras de asfaltamento e arranjo de vias também têm decorrido sem sobressaltos. Finalmente concluíram-se duas obras que vinham sendo motivo de reclamações na Assembleia Municipal, a Canada do Esteves e a Ladeira da Ruida, sobre as quais esperamos não ouvir falar ao longo da próxima década.

Estamos também a resolver a situação junto à Ermida do Desterro com grande relevância do ponto de vista do tráfego e da proteção da zona central da cidade contra as cheias e pretendemos resolver também o problema da ligação entre o bairro e S. João de Deus, uma obra que está para arrancar em breve.

Está a concurso a repavimentação da Miragaia e da Rua da Pereira, que são zonas problemáticas de múltiplos acidentes onde os carros se tornam difíceis de controlar em dias de chuva e cujas obras tencionamos arrancar imediatamente a seguir às Sanjoaninas para evitar constrangimentos durante as festas.

Posso ainda informar esta Assembleia que a obra em frente à Câmara Municipal decorre com toda a normalidade e a estação elevatória dos SMAH já se encontra construída. O terreno que foi comprado para compensar o parque de estacionamento está devidamente vedado e delimitado e contamos tê-lo asfaltado por altura das Sanjoaninas para que seja possível sair para o lado da Rua Miramar por altura das corridas de touros.

Está concluído o esgoto dos laticínios que foi desviado aqui do centro para entrar diretamente na ETAR, uma grande conquista para o bom funcionamento da rede de drenagem da cidade. A

outra parte teve um atraso causado pelas dificuldades na passagem pelas traseiras da panificação mas contamos recuperar nas próximas semanas.

Estamos prestes a iniciar a obra de acesso à Fajã do Ficher do lado do Caminho da Esperança no Porto Judeu. A descida é demasiado inclinada e há um problema de falta de ordenamento urbanístico naquela zona, o que interfere com a reabertura do hotel que lá está. Pretende-se fazer a ligação entre a Fajã do Ficher e o caminho que vai dar ao Porto Judeu com vista ao reordenamento de toda aquela zona que cresceu de forma anárquica devido a seríssimos problemas de licenciamento. As casas estão colocadas em posições estranhas e é preciso pôr alguma ordem naquilo com a criação de um eixo orientador da urbanização. O projeto está feito e estamos em conversações com os proprietários mas a tarefa é complexa porque teremos que lidar com 43 pessoas. O Governo Regional já assinou com a Câmara um contrato ARAAL de cofinanciamento dessa obra e esperamos poder iniciar o arranque desta ligação de 550 metros que fará uma enorme diferença numa zona bastante complexa do ponto de vista do reordenamento do território.

Passando a outra área de ação do município, posso adiantar que os apoios deste ano foram já comunicados às instituições e deu-se início a uma boa parte dos respetivos contratos. Foi possível manter um bom nível de financiamento das nossas juntas de freguesia e apoiar aquelas instituições que têm problemas nas suas infraestruturas para assim garantirmos uma boa manutenção e condições de utilização em todos os edifícios públicos do concelho.

Uma transição relativamente complexa que foi feita nestes últimos meses, teve a ver com o fim do grande programa ocupacional que a Câmara manteve nos anos da crise mais profunda. Tivemos quase 300 pessoas nos piores momentos da crise de desemprego e, ao longo destes últimos meses, temos vindo a fazer a redistribuição deste pessoal em que, a maior parte, felizmente encontrou emprego e reequilibrou a sua vida; os que não o puderam fazer, foram distribuídos pelas juntas de freguesia que tiveram um excelente trabalho de colaboração com o município no sentido de orientar estas pessoas e de lhes dar um bom enquadramento. Esta transição decorreu sem qualquer perturbação, os trabalhadores já estão nas respetivas freguesias e aproveitaram para deixar um agradecimento aos senhores presidentes de junta pelo excelente trabalho realizado.

Uma outra área que discutimos sempre nesta altura do ano é o combate aos roedores e o novo raticida está a ser colocado à disposição das juntas de freguesia para que os senhores presidentes de junta o possam distribuir dentro de algumas semanas.

Uma questão que não correu lá muito bem tem a ver com a participação do município em associações. O Tribunal de Contas - com o qual tenho alguma dificuldade em concordar - resolveu recusar o visto à participação do município na associação que gere o Parque de Ciência e Tecnologia e a reentrada na ART (Associação Regional de Turismo), alegando a possibilidade de riscos financeiros e a necessidade de um estudo económico mais aprofundado.

No que diz respeito à ART, resolvemos submeter o estudo económico à Assembleia porque precisamos urgentemente de entrar e vamos prosseguir com o processo, independentemente do recurso. O Parque de Ciência e Tecnologia já se encontra a funcionar, a nossa participação já não é tão urgente e vamos reanalisar a questão. A lei refere que esse estudo económico é apenas necessário para empresas e associações com uma atividade económica relevante nas quais o município venha a ter uma posição dominante. Não é o caso em nenhuma destas instituições mas não foi esse o entendimento do Tribunal de Contas e o assunto será resolvido sem grandes dramas.

Sr. d. m. Délio Borges – Cumprimento o senhor presidente e os restantes membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Aproveitando a singela presença do município de Angra na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa)

no início deste ano, gostaria de trazer ao debate a promoção turística do concelho de Angra, esperando que os novos tempos tragam novidades relativamente às acessibilidades aéreas à ilha Terceira, um problema da exclusiva responsabilidade do Governo Regional dos Açores; contudo, gostaríamos de conhecer as estratégias da promoção turística por parte do município.

Os fluxos turísticos para a nossa ilha estão estagnados e os voos de ligação com o mercado nacional não têm estado cheios, o que preocupa todos aqueles que têm por cá inaugurado empreendimentos turísticos. O senhor presidente da Câmara há pouco esteve presente na inauguração de um desses empreendimentos com capacidade para 49 camas, prevê-se um aumento até ao final de 2020 e é preciso ocupá-las. Tem havido um aproveitamento de recursos para a abertura de estabelecimentos comerciais na área da restauração por isso se espera uma clara aposta na promoção deste setor por parte do município de Angra.

Há cerca de três meses, a Câmara Municipal da Praia da Vitória apresentou aquilo que entendo como sendo o seu foco de negócio: «O município da natureza e dos desportos do mar». E quanto a Angra? Quais os eventos âncora previstos para o nosso concelho? Onde está a promoção turística conjunta dos dois municípios da ilha, o chamado «Destino Terceira»?

A ilha de S. Miguel possui o Rally Açores, o Red Bull Cliff Diving, a Volta a S. Miguel em ciclismo e o Kitesurf e na ilha do Faial existe o Azores Trail Run. Contas por alto, estamos a falar de investimentos entre os dois e os três milhões de euros. No município de Angra temos o Festival AngraJazz, as Sanjoaninas, o COFIT, o Quadriatlo da ilha Terceira e o Festival Azure, investimentos que rondam os 200 mil euros por parte do Governo Regional dos Açores mas precisamos de investir noutros eventos. Onde estão os congressos? Nós temos capacidade hoteleira para o turismo de congressos. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos indicasse a estratégia do município para a promoção turística no concelho.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma preocupação que também partilho porque precisamos, de facto, de dar estabilidade ao crescimento do turismo e promover o destino ilha, integrando também os nossos vizinhos aqui do grupo central. Toda a estratégia de promoção tem assentado nessa realidade de ilha e a aplicação «Explore Terceira», que tem tido um grande sucesso, visa a promoção que tem sido feita no exterior em conjunto com o município da Praia da vitória com quem participámos na BTL este ano em associação com Santa Cruz da Graciosa.

O senhor deputado referiu alguns investimentos âncora e temos, de facto, muita coisa a acontecer no nosso concelho. Para lhe dar uma ideia e olhando para a agenda dos municípios, temos cerca de duas vezes e meia mais eventos do que o município que nos segue, o que significa que não temos falta de atividades culturais, e temos dificuldades nas acessibilidades, isso sim, o que nos pesa severamente. Neste momento não temos nenhuma ligação direta com a Alemanha, com a Escandinávia nem com o Reino Unido que são os grandes mercados emissores do lado europeu. Durante o inverno tivemos a operação Boston mas não temos ligações comerciais diretas e abertas com o continente americano durante todo o inverno, apenas o temos durante o verão, restrito a uma empresa que tem uma pequena penetração no mercado americano e não tem a melhor das reputações do lado de lá.

Para darmos sustentabilidade à nossa oferta turística, temos necessariamente que ver melhoradas as nossas acessibilidades, uma questão essencial que não pode ser descorada. Isto não exonera a Câmara das suas obrigações na área da promoção, por isso vos dizia há pouco que precisamos da ART enquanto instrumento de promoção da ilha.

Creio que o município deve continuar a seguir a estratégia de promoção da ilha Terceira como um todo e parte de um grupo de ilhas, olhando para esta ilha como uma oferta turística integrada sem individualizar Angra nem a Praia. Devemos mostrar o que somos, uma ilha com imensa natureza em terra e no mar com o maior e mais bem conservado parque natural do arquipélago.

Estamos em vias de abrir um trilho com cerca de 30 quilómetros que vai permitir unir um conjunto de outros pequenos trilhos que já temos numa rota que percorre praticamente o território da ilha e temos condições excepcionais para as marítimo-turísticas. Angra está afirmar-se como um dos locais mais importantes para a observação de cetáceos, um caminho que temos que continuar a percorrer. A ilha do Pico partiu muito mais cedo e tem mais renome mas, do ponto de vista objetivo daquilo que se faz no arquipélago, estamos muito bem e temos condições para competir seriamente neste mercado.

Na vertente cultura, a ilha Terceira tem condições imbatíveis no arquipélago. Temos uma cidade património mundial e uma riqueza e diversidade na nossa atividade cultural que nos permite aspirar a uma posição cimeira no turismo nos Açores.

Da mesma maneira que apontamos as preocupações, também devemos assinalar aquilo que se conseguiu porque o turismo nos últimos anos cresceu na Terceira mais do que em qualquer outra ilha açoriana. Nestes últimos meses tivemos algum retrocesso por causa de uma única operação que tinha as características que todos conhecemos; não seria, talvez, a mais adequada do ponto de vista do investimento financeiro, mas a verdade é que fez muita falta à atividade económica da ilha nestes meses. Esperemos que o arranque da primavera e do verão nos permita superar essa situação, temos expectativas positivas nesse sentido e vamos ver o que as estatísticas nos trazem no próximo trimestre.

A preocupação com as acessibilidades, em particular a diversificação dos destinos emissores e dos operadores, é uma questão essencial porque não há crescimento do turismo sem bons operadores porque são eles que vendem as passagens e fazem a promoção junto dos clientes. Alguém que não conheça os Açores, dificilmente procurará informação junto da Câmara de Angra porque é muito mais fácil obtê-la junto de uma operadora, de uma Ryanair ou de outra companhia qualquer. São esses que têm a sua rede de agências de viagem e uma presença evidente e importantíssima nos mercados eletrónicos. Se não formos capazes de atrair para o nosso aeroporto, outras empresas de aviação especializadas no turismo, a nossa presença continuará fortemente dependente do mercado de Ponta Delgada.

Independentemente de toda a promoção que façamos, a grande orientação estratégica passa pela criação de ligações entre o nosso aeroporto e os aeroportos de emissão. Temos todo o empenho e vontade e a nossa reentrada na ART visa exatamente isso, mas sejamos realistas porque temos aqui um problema de acessibilidades. Os voos regulares da TAP destinam-se a outro tipo de mercado e para atingirmos os resultados que pretendemos, precisamos que os grandes *players* deste setor participem também na promoção da ilha.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tenho o habitual pergaminho de questões para colocar ao senhor presidente da Câmara, começando pelo turismo e acessibilidades, uma política regional em que o Governo Regional pretende centralizar as operações aéreas e de transportes no aeroporto de Ponta Delgada com o objetivo de criar um bloqueio à ilha Terceira tão evidente, que a maior mais-valia turística do concelho de Angra - o estatuto de património mundial - não é referido nem valorizado em parte alguma e a maior referência ao património açoriano nos documentos previsionais da região é a vinha do Pico.

Temos um Governo Regional que não quer que a Terceira se desenvolva nem nos permite usufruir de bons transportes e acessibilidades que desbloqueiem a economia da ilha. Tudo isso é política e é propositado, por isso pergunto ao senhor presidente da Câmara que diligências tem feito junto do Governo Regional - que também é do seu partido - para que este enguiço se quebre de uma vez por todas.

Não é por acaso que o processo de certificação do nosso aeroporto conduziu a nada, não é por acaso que os operadores não vêm para cá e não é por acaso que a SATA não quer redistribuir os fluxos de passageiros do *hub* de Ponta Delgada para as outras ilhas, preocupando-se apenas

em encher os hotéis e hoteleiros de S. Miguel e os sócios daquela empresa que se chama ATA (Associação de Turismo dos Açores) que está sob investigação da Polícia Judiciária. Nada disto acontece por acaso.

Senhor presidente, peço-lhe também um ponto da situação das obras de reabilitação da Igreja do Castelo e quando terminará a construção do palco da Praça Velha. Na última sessão desta Assembleia o senhor disse que demoraria cerca de uma semana e meia ou duas, já passaram três meses e não sei se, afinal, vai construir ali uma piscina para atração turística. Convinha que esta não fosse uma obra artesanal porque, pior do que uma obra má, é uma obra má interminável.

Há muito que faço parte da Assembleia Municipal e, sempre que consultamos os documentos da atividade municipal, verificamos que se anda a impermeabilizar o tanque do azeite desde o tempo da presidência da doutora Andreia Cardoso. Se assim for, aquilo mais parece um queijo suíço. Não sei o que se passa com aquela impermeabilização mas talvez seja melhor mudar de cola para evitar tanto derrame.

Aparentemente a parte marítima da obra do Fanal está a correr bem, houve alguns dias de mar mais agreste e o enrocamento tem suportado a maresia, mas tenho algumas dúvidas quanto a algumas zonas bastante significativas daquela encosta que não estão suficientemente consolidadas. Pergunto se há mais algum trabalho que deva ser feito em termos de desmontagem da encosta e de consolidação com a construção de muros ou através de outros meios.

Sr. presidente da Câmara – Já foi assinado o protocolo referente à Igreja do Castelo, o projeto de execução que está a ser feito pelo Instituto Pedro Nunes deverá ficar pronto no próximo mês e o objetivo seria lançarmos a obra naquelas cerimónias das comemorações da Batalha da Salga.

O palco da Praça Velha foi escavado devagarinho com todos os cuidados que a arqueologia manda e estamos já na fase de construção. Como já devem ter reparado, estão a colocar os tubos para passar os cabos para o lado de lá e, mais coisa menos coisa, o palco estará pronto no dia das Sanjoaninas.

Quanto à impermeabilização do tanque do azeite, devemos estar perante um assunto de *copy & paste* que deve ir transitando de ficheiro em ficheiro porque creio que ele está suficientemente impermeabilizado e a funcionar bem.

Não há neste momento nenhuma zona da falésia em risco de desabar na obra do Fanal, por isso é perfeitamente seguro andar-se por ali. Falta uma fase dos trabalhos, que são as pregagens, e alguns daqueles setores levarão uma malha em aço presa em estacas afundadas no terreno, uma estrutura semelhante àquela que está construída na encosta por detrás do porto do Porto Judeu. Falta ainda efetuar uma limpeza de material solto e fazer pregagens no próximo mês, uma obra que também exige bom tempo e será feita por uma empresa da especialidade vinda do continente porque não há cá quem saiba fazer isso.

Foi retirado todo o material que estava em posição de instabilidade e a falésia tem cerca de metade da altura que tinha. A base sofria uma infraescavação pelo mar, que já não lhe toca, e essa zona está completamente controlada porque foi aterrada e colocada pedra suficiente. Os riscos ali são muito reduzidos e serão ainda menores após as pregagens que serão feitas nesta primavera.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente, pergunto para quando estima a conclusão da obra do Centro Interpretativo e faço-lhe uma pergunta mais complexa que tem a ver com os bloqueios do Governo Regional: e o Porto das Pipas, senhor presidente? Anúncio após anúncio, continuamos sem o arranque daquela obra. Felizmente iniciou-se a construção da última parte

da variante a S. Carlos mas também não avança a construção do estacionamento de apoio à Silveira, aquelas três obrazinhas que constam todos os anos nos orçamentos da região.

O senhor presidente da Câmara já nos falou daquele edifício do Monte Brasil cedido à Câmara Municipal mas não referiu uma outra preocupação do PSD que é o fornecimento de serviços de apoio à fruição daquele espaço onde ainda não há um local para se comprar sequer uma garrafa de água. Através de quiosques, roulottes ou de outros meios fixos ou móveis, é preciso criar um conjunto de serviços de apoio a quem frequenta o Monte Brasil, sejam os locais ou os turistas, e este licenciamento tem que ser feito pela Câmara Municipal tão rápido quanto possível.

Aproveitando a presença na sala do nosso especialista, passemos ao assunto das pragas urbanas... João, não leves a mal mas não dá para resistir e dá-me um gozo tremendo lembrar aquela tua fotografia do comando rateiro.

Sr. d. m. João Santos – Confesso que guardo outras fotografias mais interessantes no meu imaginário...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Mas esta é um filme de terror e a gente gosta de lembrar estes episódios marcantes.

Está na altura de abordarmos de novo a questão das pragas urbanas como os ratos, os pombos e as térmitas porque chegou a primavera e este é o momento em que todos estes bichinhos se reproduzem. Continuamos a ter um problema gravíssimo de pombos no concelho e o controlo dos roedores não se resolve apenas com a distribuição de venenos. Fruto do aumento do alojamento local e do investimento no turismo, lá se vão resolvendo alguns problemas com a remodelação de algumas casas antigas no centro de Angra mas talvez devamos mexer os cordelinhos para que a lei permita o envenenamento das térmitas por chumbo, daquele que vem em cartucho, à semelhança do que se fez no aterro sanitário para combater a praga das gaiivotas. Julgo que a técnica do João Santos com aqueles chumbinhos poderá ser substituída...

Sr. presidente da Câmara – Podemos nomear o senhor deputado João Santos, coordenador deste serviço porque já tem experiência.

Sr. d. m. João Santos – Se o senhor o fizesse, seria a segunda vez.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Talvez pudesse substituir o nosso rateiro municipal não oficial já falecido, o senhor Klaus, um residente alemão que se dedicava ao combate dos ratos.

Os parques infantis da cidade estão cada vez mais degradados com os seus equipamentos a precisarem de substituição e o Relvão e Santa Luzia são os casos mais recorrentes, assiduamente discutidos em todas as sessões desta Assembleia.

Senhor presidente, uma vez mais lhe peço um ponto de situação a respeito do que vai acontecer às grandes ruínas da cidade que foram adquiridas mas estão paradas.

Sr. presidente da Câmara – A obra do Centro Interpretativo está a decorrer da forma mais favorável ao município, tendo em conta as questões relacionadas com o seu financiamento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Pois, mas o senhor presidente disse-nos que aquela obra era prioritária e avançava porque era a que garantia o financiamento comunitário; se calhar, não era bem assim.

Sr. presidente da Câmara – Hoje teremos notícias sobre essa matéria.

No que respeita ao Porto das Pipas, até agora o Governo Regional tem cumprido com o calendário a que se propôs. O projeto ficou pronto no mês de março, foi sujeito a revisão, já me foi comunicado que estava bem e tenho a notícia que o concurso será lançado até junho. A dimensão da obra não exigia um estudo de impacto ambiental e as coisas até agora estão a correr bem. O que o Governo Regional anunciou - como tiveram oportunidade de ver nos

jornais - foi o lançamento no primeiro semestre que termina em junho e poderemos ver isto na próxima sessão da Assembleia.

A obra do troço de S. Carlos está a decorrer com normalidade e o projeto da obra da Silveira não era aquele que pretendíamos, mas já foi refeito segundo me diz aqui o senhor vice-presidente da Câmara e ainda não o vi.

Os pombos são um seríssimo problema mas não podemos andar aos tiros dentro da cidade para os abater. Existe uma técnica que foi proposta pelo nosso veterinário municipal, composta por uma mistura de milho com uma hormona inibidora da postura que me parece um pouco rebuscada, mas poderemos fazer uma tentativa. Estamos a tentar encontrar caminhos que permitam atingir o objetivo desejado com o menor impacto possível junto do público.

Quanto aos parques infantis, o do Relvão foi totalmente intervencionado nestes últimos tempos e está em bom estado, e estão a prosseguir os trabalhos lá em cima em Santa Luzia.

Em resposta à sua questão a respeito das ruínas, houve uma ação importante por parte do Governo Regional para consolidar a situação referente aos Celeiros, colocando à venda a parcela do terreno que lhe pertencia para que fosse possível um projeto mais alargado, e creio que estamos no bom caminho para um investimento de alguma dimensão ali.

Há várias vias a serem exploradas a respeito do edifício do antigo hospital, que está completamente vedado e vigiado diariamente, o que melhorou muito a questão social e a presença de resíduos, e esperamos que as coisas prossigam no sentido de se dar um novo uso àquele prédio.

Foi aprovada a construção de um conjunto de lotes ao lado do antigo edifício dos laticínios do qual se espera um rápido desenvolvimento e aguarda-se uma solução em relação ao edifício propriamente dito.

Sr. vereador Paulo Lima – Senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, caros deputados municipais, muito bom dia a todos. Como diretor do serviço florestal, posso informar que a reserva florestal do Monte Brasil tem uma gestão tripartida entre o município de Angra, os serviços florestais da ilha Terceira e o museu e posso adiantar-vos que estamos a efetuar ali alguns trabalhos de melhoramento.

Quanto à intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro, informo que atualmente temos ali uma casa onde os moradores tomam as suas refeições mas vamos deslocá-los para outro lado porque temos um projeto encomendado para a criação de um bar fixo naquele local. Sem avançar com promessas, contamos ter neste verão qualquer coisa a funcionar naquele espaço que depois será posto a concurso e concessionado.

Sr. presidente da Câmara – Como informação adicional, posso dizer-vos que, para além do corte que foi feito e permite a visibilidade da cidade, está em vias de ser instalada no Monte Brasil a estátua de D. Afonso VI que será inaugurada no dia 19 de junho na comemoração dos 350 anos da sua chegada à ilha. Esperamos que o Monte Brasil ganhe assim mais um ponto de atração com a construção de uma estrutura de visitação com outras condições. Além disso, o município recuperou integralmente aquele cruzeiro e procedeu à melhoria da sua iluminação, o que lhe dá outro aspeto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Uma zona da dimensão do parque do Monte Brasil a funcionar apenas com alguns serviços parece-me muito pouco, por isso mantém-se a questão acerca da colocação de quiosques fixos ou móveis para uma melhor diversificação da oferta em todo aquele espaço de excelência.

Assistimos há pouco tempo a obras de pintura da fachada deste edifício na Praça Velha ao lado da Câmara e basta que nos desloquemos à janela para constatarmos que o imóvel e a sua

cobertura apresentam evidentes sinais de deterioração. Gostaria de saber o que a Câmara sabe acerca das suas condições e se está em risco de ruir, sabendo que a questão da sua propriedade é complexa com vários herdeiros.

Ainda não se falou nesta Assembleia do estado das nossas zonas balneares, o que teremos em termos de bandeiras azuis - que o senhor presidente da Câmara pouco aprecia - e se está resolvida de vez a situação relativa às contaminações da Prainha para que não se repitam aqueles episódios do ano passado pouco dignificantes para a nossa cidade.

O senhor presidente da Câmara nada referiu acerca do parque de camionagem municipal onde seria previsível que se investisse possivelmente numa estrutura metálica mais ligeira do que a que estava inicialmente prevista quando se decidiu que, afinal, a construção do mercado municipal não avançaria no Bailão.

A minha última questão respeita ao parque habitacional. Gostaríamos de saber que casas a Câmara tem ainda disponíveis, quantas conseguiu alienar, que habitações foram ou poderão ser cedidas a casais jovens e que rendas foram cobradas ou estão por cobrar. Angra tem o maior parque habitacional municipal do concelho, o que implica aquele conjunto de despesas que o senhor presidente da Câmara há pouco referiu, por isso gostaríamos de saber de que forma se pode potenciar aquilo que, por um lado é uma mais-valia e por outro, acarreta enormes encargos.

Sr. presidente da Câmara – A pintura do edifício aqui ao lado na Praça Velha foi uma manifestação externa de uma mudança de propriedade que resolveu os problemas que existiam. Tive a oportunidade de visitar o edifício, que mantém a sua integridade sem o risco de ruir, e possui um interior magnífico com madeira igual à que temos aqui no chão e um teto em fibrocimento. Os novos proprietários compraram o imóvel para lhe dar uso e obter rendimento e espera-se que sofra a reabilitação necessária a breve trecho e entre em funcionamento com outro destino. Tanto quanto sei, está a ser elaborado o respetivo projeto e o que viram da pintura resultou de alguma insistência por parte da Câmara porque estes prédios da praça precisavam de ser arranjados. Resolveram um problema do beirado e da queda de telhas para a via pública e pintaram a fachada para ganharem tempo até à elaboração do projeto para o que pretendem fazer do edifício que será reabilitado a curto prazo.

À semelhança do ano passado, está a ser feito um grande investimento na melhoria das zonas balneares. Em colaboração com as juntas de freguesia respetivas ou diretamente pela Câmara, este mês de maio serão feitas algumas obras que lhes darão novas condições.

O número de bandeiras azuis será o mesmo do ano passado. Apesar de a Associação Bandeira Azul entender que a bandeira deveria ser içada na Prainha, não vale a pena estrarmos em polémicas e criar condições que desprestigiam o funcionamento das coisas, por isso resolvemos não hastear ali a bandeira azul. Serão feitas todas as análises e tudo funcionará como deve ser mas, por uma questão de princípio, este ano não haverá bandeira azul na Prainha.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Sem a certificação de qualidade que a bandeira azul dá?

Sr. presidente da Câmara – Tem a certificação de qualidade dada pela Câmara que tem mais importância do que qualquer bandeira azul; é assim que as coisas funcionam. As análises são feitas por um laboratório independente que é pago pelo Governo Regional e a Direção Regional dos Assuntos do Mar verifica as condições. A bandeira azul colocou aquela zona entre as zonas de excelência como foi demonstrado pelas análises do ano passado. Tenho como princípio que aqui não andamos ao empurrão e as coisas têm consequências, por isso não há bandeira azul. Quando há um grupo de pessoas que acha que se pode fazer o que se fez o ano passado em torno da zona balnear, isso tem que ter necessariamente uma consequência.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em vez de a consequência ser a garantia da certificação...

Sr. presidente da Câmara – A garantia da certificação está lá. Foi esta a decisão do município e no ano que vem analisaremos a situação em função do que venha a acontecer.

As estações elevatórias lá em cima e cá em baixo já estão a funcionar totalmente remodeladas e modernizadas do ponto de vista do sistema de controlo e de gestão e, quanto à camionagem, estamos a analisar uma estrutura que seja adequada entre os catálogos dos fabricantes de estruturas metálicas. Este processo tem uma ligação direta com o mercado e vamos ver como se desenvolve nos próximos dias.

A situação do parque habitacional é bastante complexa. É possível vender casas desde novembro do ano passado quando terminou o ónus da inalienabilidade para algumas delas porque as habitações foram sendo adquiridas ao longo de três anos. Com a devida autorização da Assembleia Municipal, iniciámos o processo conducente à venda mas o assunto é menos bom porque as verbas obtidas pela venda terão que ser necessariamente alocadas para amortizar um empréstimo que não é da Câmara e também devido ao preço de venda que é claramente elevado face ao valor real das habitações. É possível alterar a forma de valorização mas é necessário um estudo económico-financeiro e um trabalho jurídico complexo. Se aplicarmos diretamente a lei, teremos que saber quanto custou a casa, aplicar-lhe um coeficiente de desvalorização em função do número de anos e uma correção financeira em função da evolução do valor do dinheiro e os resultados obtidos por este método levariam a que, qualquer um de nós, dissesse: «Muito obrigado, eu não quero comprar essa casa.»

É preciso seguir outra via que não seja pura e simplesmente a aplicação das equações financeiras, o que implica a reavaliação do bairro inteiro e um trabalho económico-financeiro que justifique um preço diferente. É isso que está a ser feito mas o assunto não é muito atrativo para o município. Ainda não tivemos tempo de debater esta matéria em reunião de Câmara porque ainda não recebemos esses resultados, mas tomaremos uma posição a devido tempo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – As pessoas estão a pagar as rendas?

Sr. presidente da Câmara – As pessoas estão a pagar as rendas. Há uma grande melhoria porque se passou a fazer a execução de quem não paga, a situação está bastante melhor e está-se a recuperar dinheiro dos anos passados. Se os senhores deputados tiveram a oportunidade de o ler, o relatório de contas deste ano contém um estudo detalhado para tornar essa matéria clara. Existe um ponto da situação como nunca tinha sido feito para que se saiba qual a real situação da habitação social. Constam lá as tabelinhas de quem deve e quanto deve e tudo está esclarecido. As coisas estão a correr melhor mas há créditos antigos que dificilmente serão recuperados.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, caro executivo camarário, colegas deputados municipais. Começo por manifestar a nossa preocupação com a divulgação turística do concelho e reforçar a importância da promoção do concelho ou da ilha centrada na ideia da cidade. A ilha Terceira vale pelo mar e pela natureza, como é já o *slogan* do nosso concelho vizinho, e a nossa cidade vale por ter sido capital do nosso país e por possuir um património único a nível regional. Esta é uma ideia forte e uma mais-valia que, aliada a uma estratégia bem consolidada, decerto marcará a diferença na promoção do nosso destino turístico.

Por altura do carnaval apercebemo-nos de algum descontentamento por parte dos estudantes da nossa escola secundária relativamente ao desfile e à tourada dos estudantes. Como se trata de uma atividade por parte dos jovens no âmbito das políticas de apoio à juventude, e como vem sendo tradição na nossa cidade, porque não promover este evento numa outra dimensão? Se o carnaval chama pessoas à cidade, porque não reforçar esta atividade e trazer as pessoas à rua nesta tarde de domingo?

Sabemos que os estudantes receberam o apoio de uma entidade para elaboração dos carros e gostaríamos de saber que diligências foram feitas por parte dos próprios estudantes e da Câmara para apoiar estas atividades. Também se deu conta de uma forte atividade neste período por parte dos estudantes do polo da Terra Chã da universidade dos Açores.

É ideia clara e unânime que todos pretendemos reforçar as atividades dos estudantes na nossa cidade porque nos trazem vida e alegria. O Festival Internacional de Tunas tem muita qualidade e estas iniciativas devem ter uma ação mais alargada, podendo tornar-se até num cartaz turístico. Parece-nos que deve ser criada outra dinâmica à volta deste evento que deve ser mais explorado.

Sr. presidente da Câmara – A cidade de Angra tem um papel fundamental na promoção da ilha, contudo não é o nosso único polo de atração. A Terceira é também uma ilha de natureza e tem condições ímpares nas vertentes, terrestre e marítima, razão pela qual devemos optar por uma promoção que assente simultaneamente nestes dois pilares. Temos freguesias magníficas com territórios excelentes e em conjunto com os senhores presidentes de junta, temos vindo a fazer um esforço no sentido de criar mais trilhos e espaços para que os turistas não se concentrem apenas na zona urbana de Angra, fazendo uma repartição pelo território para evitar aquelas situações de turismo de massa concentrado no mesmo local.

Creio que o município é o principal apoiante da tourada dos estudantes como ficou demonstrado este ano quando as coisas começaram a correr menos bem e o evento correu o risco de não se realizar. Houve um grande empenhamento da nossa parte, embora a tourada dos estudantes esteja a sofrer um problema de natureza sociológica que tem a ver essencialmente com a grande oposição dos pais e encarregados de educação por não acharem adequada a participação dos filhos naquelas situações.

Há aqui mudanças na nossa sociedade que se refletem neste evento que talvez deva ser repensado com um novo enquadramento e um carácter diferente de modo a adaptar-se a estes novos tempos. O trabalho feito pelas associações de estudantes e pelo próprio município deve continuar mas deve ser aprofundado para ir ao encontro de novas formas de enquadramento.

Quanto às tunas e à presença dos estudantes, infelizmente esta questão leva a uma outra realidade que tem a ver com o número de estudantes e a vitalidade da própria universidade. Não podemos ser uma cidade académica se não tivermos academia e o nosso problema tem a ver com aquilo que está a acontecer na universidade dos Açores e a necessidade urgentíssima de lhe instilar um novo fôlego para atrair mais alunos e se possa sentir a sua presença na cidade. O crescimento e a estabilidade do campus de Angra do Heroísmo da universidade dos Açores são fundamentais para o futuro do concelho e precisamos de encontrar aqui soluções que não se limitem apenas ao remendo de um curso ou outro.

Temos que repensar a oferta, a estratégia de crescimento e a estabilidade do campus de Angra da universidade dos Açores. Do ponto de vista do município, estamos disponíveis para ajudar no que nos for possível, inclusivamente na área do alojamento. Como devem saber, há dois meses foi criado um decreto-lei que abriu a possibilidade de se construir aqui mais uma residência universitária. A Câmara está a proceder aos trâmites necessários em colaboração com a junta de freguesia de Santa Luzia e o edifício que era a antiga sede do INATEL está a ser encaminhado para esse fim. Manifestámos o nosso interesse junto do ministério e tudo indica que seremos financiados para a criação de mais uma residência universitária aqui no centro da cidade. É esta a contribuição que podemos dar mas há outras questões que precisam de ser aprofundadas e revitalizadas e têm a ver com a própria universidade e as estratégias internas da faculdade que aqui está instalada.

Sr. d. m. Artur Machado – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, caros colegas. Apesar de não conseguir medir as consequências, preocupa-me muito

ter ouvido o senhor presidente da Câmara dizer que o Tribunal de Contas recusou a participação da Câmara na Associação Regional de Turismo...

Sr. presidente da Câmara – Não recusou. Não deu o visto por considerar insuficiente um documento mas podemos voltar ao assunto.

Sr. d. m. Artur Machado – De qualquer modo, parece que a Câmara Municipal não faz parte da associação que gere o TERINOV, ficando apenas como único representante, o Governo Regional dos Açores, o que muito me preocupa. Como pode o município exercer políticas de desenvolvimento tecnológico, deixando de fazer parte de uma das infraestruturas mais importantes para que tal aconteça? O senhor presidente da Câmara poder-me-á adiantar algo mais a respeito da possibilidade de reversão desta situação?

Sr. presidente da Câmara – Esta não é uma situação definitiva. O Tribunal de Contas interpretou que a nossa posição pudesse, de alguma forma, implicar algum risco financeiro para o município, o que não acontece, por isso o assunto pode e deve ser repensado. Por razões estratégicas preferimos concentrar os nossos esforços na realização de um novo estudo económico porque era muito urgente a nossa participação na ART para a promoção turística.

Quanto ao TERINOV, precisamos de perceber o que vai acontecer com a posição do Tribunal de Contas. Se for necessário, e porque nada é definitivo, submeteremos um novo estudo na próxima sessão desta Assembleia. Temos interesse em participar, o edifício está pronto e estamos na fase das candidaturas para a instalação de atividades. Vamos acompanhando de perto e participando nos trabalhos tanto quanto possível e voltaremos a falar na próxima sessão da Assembleia em função do recurso que foi apresentado.

Sr. d. m. Filipe Almeida – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e ilustres vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia. Gostaria de trazer à discussão a questão da Associação de Consumidores da Região Açores (ACRA) porque, segundo tomei conhecimento, parece que estamos num jogo de casinhas.

Para quem não sabe, a ACRA funciona na Rua doutor Eduardo Abreu em Santa Luzia numa casa que é partilhada com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. O contrato em vigor é de cinco anos e a Câmara informou que a ACRA tem que abandonar as instalações, sugerindo como opção, que esta associação poderia partilhar a casa dos árbitros que fica próxima da ACRA. A infraestrutura raramente é utilizada e é parcialmente ocupada mas parece que essa situação não foi bem aceite por parte dos árbitros.

A Câmara Municipal sugeriu a utilização de dois gabinetes do Centro Cultural e de Congressos que, apesar da sua proximidade do centro da cidade, não reúnem as condições de insonorização necessárias para que a associação possa trabalhar adequadamente. A Câmara apresentou uma nova proposta de contrato com um ano de vigência em vez dos atuais cinco anos necessários para que a associação possa desempenhar as suas funções com estabilidade sem ter que andar com a casa às costas. A ACRA solicitou também a cedência de dois lugares de estacionamento no parque privativo do Centro Cultural e de Congressos mas estas duas opções foram terminantemente rejeitadas pela Câmara que não abdica do contrato de apenas um ano.

Segundo o seu secretário-geral, o doutor Mário Reis, a ACRA foi convidada a procurar um espaço alternativo, uma vez que não aceita as condições impostas pela Câmara. Os membros da ACRA não se importam de se sentar à mesa para aceitar a proposta da cedência dos dois gabinetes no CCCAH mas não por um período inferior a cinco anos. Porque não, alterar o contrato para um período maior para que a associação tenha estabilidade? Como se costuma dizer e já dizia *La Palice*: quem perdeu o que tinha, nada mais tem a perder e gostaria que fossem esclarecidas estas questões.

Sr. presidente da Câmara – Esta questão da ACRA também me surpreendeu e tentámos encontrar algumas alternativas que permitissem o funcionamento da associação sem interferir com outras instituições. Trata-se de uma daquelas casas geminadas do bairro de Santa Luzia que foi pensada para lá viver uma família e onde é impossível a coexistência de duas instituições, sendo uma delas a CPCJ, cujo bom funcionamento é para nós uma prioridade porque trata de assuntos verdadeiramente difíceis que exigem uma enorme cautela e sigilo relacionados com a vida íntima de famílias.

Fizeram-se várias tentativas e não se chegou a qualquer conclusão. A casa dos árbitros ao lado, que também é partilhada por taxistas e outras instituições, está demasiado ocupada e não conseguíamos garantir lá condições. Depois de várias tentativas, chegou-se a uma solução que está a ser seguida por várias instituições desde a Ordem dos Advogados até ao âmbito desportivo. Estão todos instalados num corredor que foi desenhado e pensado especificamente para estas atividades e estávamos a dar à ACRA algo que outros não têm, que é a possibilidade de duas salas e não, apenas uma.

Quando julgávamos que as coisas estavam a prosseguir no sentido de um entendimento, ouvi na rádio as declarações do senhor secretário-geral que, de alguma maneira, colocava alguma pressão sobre o município. Nestas circunstâncias, quando se fala pela comunicação social em vez de falar connosco, o melhor é esperar que a comunicação social resolva o problema.

Teríamos todo o gosto em ter a ACRA ali instalada. O contrato é por um ano e renovável automaticamente, o que tem a ver com a gestão do espaço, porque todas as instituições lá estão nas mesmas condições e não é intenção do município pôr alguém na rua ao fim de um ano. Hoje estamos nós aqui mas amanhã poderão estar outros e isto permite que, quem faça a gestão do município, tenha um ano para resolver qualquer assunto ou dar um destino diferente ao edifício. Há aqui um tratamento à ACRA igual a todos os outros que lá estão mas não podemos ceder lugares de estacionamento privativo porque há espaço à vontade no parque em frente que está sempre vazio.

Nenhuma outra instituição tem insonorização, até porque não há concertos no Centro Cultural durante o dia na maior parte das vezes, a não ser, talvez alguma festinha de natal. Se isso acontecer, teremos que ter a tolerância necessária e esta parece-me uma exigência fora do comum. O tratamento deve ser igual para todos e aproveito para manifestar o meu profundo desagrado com a condução deste processo porque não estamos habituados a andar ao empurrão. Se o senhor secretário-geral acha que a RDP é a melhor forma de resolver os problemas, tem todo o direito e a possibilidade de ser convidado a alugar a casa que entender com a insonorização que entender. É este o ponto da situação.

Sr. d. m. João Santos – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e Exma. vereação, colegas deputados municipais. O senhor presidente da Câmara, juntamente com o senhor vice-presidente, tiveram a oportunidade de acompanhar os trabalhos dos bombeiros no terreno após as últimas chuvadas em que foram detetadas algumas deficiências no marco de incêndio do Largo de S. Bento. Começo por me congratular com a forma célere e extremamente eficaz como a Câmara Municipal interveio na substituição desta boca de incêndio e de uma outra na Avenida Infante D. Henrique um pouco abaixo do restaurante «A Canadinha», o que me leva a constatar que temos uma rede completa e 100% funcional de hidrantes e marcos de incêndio na cidade e no concelho.

Na última sessão da Assembleia Municipal falei da sinalização das obras e do uso daqueles malditos ferros espetados aí por todo o lado, que o senhor presidente também assumiu como um problema gravíssimo porque aquilo são autênticas armas que podem perfurar quem lhes cair em cima e, felizmente, pude constatar que alguns já estão devidamente protegidos com aquelas carapuças. Apesar de não ser ainda a solução ideal, fico contente por constatar que algo já foi feito para melhorar a segurança de quem por eles passar.

Para dar mais uma achega ao que já aqui se falou acerca dos parques infantis, estes atos de vandalismo chocam-me imenso porque, para além do dinheiro gasto, as crianças e os restantes munícipes ficam sem acesso àqueles equipamentos onde são investidos milhares de euros para depois serem vandalizados das formas mais grotescas sem que se veja alguma solução para a resolução do problema.

Ainda acerca da promoção turística do concelho que aqui se tem falado, não devemos esquecer que a organização, a segurança e a limpeza poderão ser os melhores cartazes turísticos mas continuam a subsistir alguns casos pontuais de lixo amontoado em determinadas zonas, às vezes mesmo no centro da cidade. Não é que as coisas não estejam organizadas mas acontece que as pessoas por vezes não cumprem e, se não cumprem, têm que ser obrigadas de alguma forma. Se, por vezes, o espetáculo vai um pouquinho para o degradante para os de cá, imagine-se para quem nos visita ao ter que pular por cima de sacos de lixo que estão colocados no passeio, alguns até abertos pelos animais com restos de comida espalhados por todos os lados.

Por mais que não queira, acabo por voltar sempre à questão do trânsito e aos carros parados em cima dos passeios. Para a pacatez a que estamos habituados nesta terra, de vez em quando surgem umas coisas um bocadinho fora do registo que nos deixam um pouco arrepiados como, por exemplo, roubos por esticção ou agressões violentas a estrangeiros no Monte Brasil por causa de um simples roubo. Isto leva-me a perguntar ao senhor presidente da Mesa se foi feito algum contacto entre a PSP e o grupo municipal do PS ou, em alternativa, a uma delegação composta por representantes de todos os partidos como sugeri na última sessão da Assembleia.

Penso que todos percebem as dificuldades reais com que se debatem as forças de segurança nos Açores, e em particular na ilha Terceira, mas queremos saber o que, afinal, que se passa. Na última sessão da Assembleia toda a gente ficou impressionada - nomeadamente o deputado Luís Rendeiro - quando referi que acreditava que havia vista grossa por parte dos agentes a algumas infrações de trânsito na cidade. Poucas semanas depois no continente, a PSP informou que iriam fazer uma greve de zelo em que marcariam presença sem atuar nem multar como forma de protesto relativa a situações laborais. Na ilha Terceira parece que se passa a mesma coisa mas de uma forma não declarada ou assumida. Pergunto ao senhor presidente da Assembleia se existe alguma novidade e se essa abordagem foi feita porque os problemas persistem e não abonam para a boa imagem da cidade e do concelho.

Gostaria de obter algumas informações por parte do senhor presidente da Câmara a respeito da possível negociação para a interligação de títulos de transporte de forma a evitar que os autocarros de maior dimensão de 60 e 70 lugares andem às voltas no centro da cidade, nomeadamente aqui na Praça Velha.

Por último, gostaria ainda de alguns esclarecimentos a respeito do troço de estrada junto à igreja velha em S. Mateus que vai até à pousada da juventude no Negrito e possui um piso agradável, mas serve muitas vezes de pista de motociclismo onde se fazem umas corridas, apesar da existência de um sinal de trânsito proibido. Há dias, uma criança que circulava num triciclo semelhante a uma bicicleta, cruzou-se com um carro e apesar de nada de grave ter acontecido, o pai ficou um pouco perturbado. Como tudo isto aconteceu num troço de via com um sinal de trânsito proibido, gostaria de saber quem fiscaliza e com que segurança se pode circular por ali porque aquela zona tem todas as condições para um bom passeio pedonal.

Sr. presidente da Câmara – Tem sido feito um bom trabalho na cidade no que respeita aos hidrantes e marcos de incêndio, ao qual é preciso dar continuidade, e há hidrantes que devem mudar de posição para que não fiquem voltados para os carros estacionados. Na zona urbana as coisas estão melhores mas continuamos a ter hidrantes que não funcionam bem em várias freguesias por não cumprirem os requisitos de pressão que permitam o enchimento da viatura nos tempos que estão estabelecidos.

No que respeita aos ferros perfurantes, está terminantemente proibida a sua utilização nas obras municipais, embora me tenha deparado na semana passada com alguns que estavam colocados ali junto à Caixa Económica mas a situação já foi resolvida. A lei permite que sejam utilizados nas obras particulares desde que estejam devidamente protegidos mas, no que diz respeito à Câmara, esperemos que essa prática desapareça definitivamente a breve trecho.

Infelizmente temos um desgaste por vandalismo muito apreciável no concelho que, além dos parques infantis, afeta também a sinalização, os recipientes do lixo, entre outros.

O lixo amontoado tem a ver com os horários e como não é possível instalar ecopontos no centro da cidade, é preciso que o mesmo seja colocado na rua à hora certa para efeitos de recolha. Quem não se quer levantar cedo no dia seguinte, deixa o lixo na rua às 8 horas da noite anterior e o mais certo é que os animais, o vento ou as pessoas o espalhem pelo chão. No dia seguinte é feita apenas a recolha do que está no montinho e o que está espalhado fica à espera que a limpeza se faça, o que dá mau aspeto a algumas zonas da cidade em certos dias durante a manhã. Fazemos os possíveis para que a varredura dos SMAH seja feita o mais cedo possível mas não é possível chegar a todos os pontos da cidade.

Apesar de compreendermos que nem sempre os horários são compatíveis com a vida das pessoas, não podemos fazer milagres mas foram colocados ecopontos onde era possível para libertar as pessoas dessa obrigatoriedade de cumprimento dos horários. A única alternativa para o centro da cidade são os ecopontos subterrâneos que têm um preço elevadíssimo e temos que agir com alguma prudência.

Vamos continuar a densificar os ecopontos nas zonas onde tal seja possível para que as pessoas possam colocar o lixo na rua à hora que entenderem mas há locais onde, num horizonte próximo, não é possível deixar de fazer a recolha dos sacos na rua e isso tem consequências. A outra alternativa seria voltar a fazer aquilo que a Câmara já fez em tempos com a distribuição de caixotes do lixo normalizados, o que levanta outro problema porque a maior parte das casas do centro da cidade não tem espaço para guardar um caixote desses e as pessoas não querem o lixo em casa, o que resulta numa rejeição generalizada e fez com que o processo anterior tivesse falhado. Em colaboração com as juntas de freguesia da zona urbana tem-se vindo a fazer um bom trabalho de densificação das redes de ecopontos.

Estão a decorrer contactos com o Governo a respeito dos transportes, a legislação sobre essa questão foi mudada e esperamos vir a ser beneficiários das grandes reformas dos títulos de transporte.

A zona de S. Mateus referida pelo senhor deputado João Santos é um passeio pedonal e nenhuma viatura está autorizada a circular ali. Estavam colocados uns calhaus no extremo mas infelizmente um dos utentes teima em afastá-los para o lado; nós colocamos lá o calhau mas o calhau volta a ser desviado passados uns tempos e vamos ter que aumentar a dimensão do dito cujo para que ninguém o retire. Aquele espaço é um passeio pedonal com a mesma configuração daquele que está diante do castelo e seria tolerável que alguém ali passasse de bicicleta mas não devem circular por ali viaturas motorizadas em caso algum, o que, infelizmente está a acontecer, mas vamos arranjar uma pedra maior para colocar ali.

Sr. presidente da Mesa – Respondendo à questão colocada pelo senhor deputado João Santos, informo que não solicitei a reunião ao senhor comandante da PSP porque a comissão de trânsito, onde todos os partidos são representados, tem reunido com regularidade onde o senhor comandante faz uma exposição exaustiva de tudo o que se passa no concelho. No entanto, se persistir na questão, pedirei uma audiência para que os líderes parlamentares possam, comigo, fazer uma visita específica sobre essa matéria.

Sr. d. m. João Santos – Desconheço a posição dos outros partidos sobre esta matéria, aos quais lancei o desafio, mas manteria o gosto em ouvir por parte do senhor comandante da PSP,

algumas explicações a respeito de matérias muito específicas que eventualmente nem serão discutidas na comissão de trânsito. Mal não faria se tivéssemos a oportunidade de esclarecer algumas situações que começam a bailar frequentemente no espírito das pessoas.

Sr. presidente da Mesa – Assim será. Falarei com os senhores líderes parlamentares e tomarei as medidas conducentes a essa reunião.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia. Começo por informar que teremos todo o interesse e disponibilidade em participar nessa reunião.

Recordo que nos anos 80 as pessoas colocavam o lixo na rua antes de irem para a cama e a recolha no centro da cidade era feita a partir das 22 horas. Desde que os Serviços tenham capacidade de organização em termos de pessoal e equipamentos, podem ser testados diferentes horários de recolha.

Estamos a passar a época das chuvas mais torrenciais e talvez uma pedra ou outra ainda se levante juntamente com as tampas. As ruas mais estreitas em calçada têm um perfil deliberadamente arcado para que um carro possa passar por outro que esteja estacionado e as portas das viaturas acabam por tocar nos passeios quando estes são demasiado elevados. As viaturas ao galgarem os passeios altos provocam mais danos do que os que pretendiam evitar com o aumento do lancil e os lancis mais baixos permitiam mais abuso na medida em que os carros poderiam circular com mais facilidade na zona do passeio. Por outro lado, se calhar acabam por proteger aquela diferença do passeio sem causar tantos danos. Temos os dois exemplos no centro da nossa cidade e seria necessária uma normalização para que não fique a imagem que as diferentes alturas dos passeios se devem a desleixo ou a excesso de zelo.

Tem havido muitas queixas relativamente às lombas/passadeiras na Rua da Sé e noutras ruas da cidade que considero extremamente positivas para quem circula numa cadeira de rodas ou empurre uma cadeira de bebé. Sou apologista de medidas desta natureza que facilitem a circulação pedonal mas relembro que as pedras brancas dessas passadeiras têm causado algumas quedas de peões e por vezes dificultam o arranque de alguns carros quando param ali. Pergunto se a Câmara tem analisado estas situações e se tem alguma solução, quanto mais não seja, picando ou texturando aquela pedra branca para torná-la mais aderente.

Tem-se discutido em todas as sessões da Assembleia Municipal acerca do isolamento da nossa ilha e da necessidade de melhoramento das acessibilidades. Há cerca de um ano, numa sessão extraordinária no mês de maio deliberámos de forma unânime sobre estas matérias e pergunto se não estaria na altura de se fazer um balanço do que, entretanto se concretizou, e de outros desafios que possam ter surgido em relação às acessibilidades e ao transporte de pessoas e mercadorias para a nossa ilha.

Talvez seja a altura de reiterarmos alguns aspetos vertidos nessa proposta de pronúncia, que votámos por unanimidade e parece estar a surtir algum efeito, pelo menos em algumas situações. Seria oportuno tomarmos novamente uma posição conjunta na próxima sessão da Assembleia de junho ou através do agendamento de uma sessão extraordinária à semelhança do que fizemos o ano passado para revisitarmos algumas destas matérias e outras que eventualmente tenham surgido. Como este ano haverá eleições para os órgãos da Assembleia da República, talvez seja a altura ideal para reivindicarmos perto da altura eleitoral os nossos interesses respeitantes aos transportes e acessibilidades.

Sr. presidente da Câmara – Precisamos de fazer um grande investimento em matéria de pavimentos. À exceção das ruas que foram intervencionadas recentemente, a maior parte não cumpre essas normas. A Rua de Jesus é um caso típico em que são frequentes os toques no lancil, outras são demasiado baixas ou irregulares com pedras partidas e o passeio inclinado e escorregadio.

Isto tem que se ir resolvendo ao longo dos anos e repavimentando o que for possível. As lombas têm causado alguma preocupação com que se têm vindo a debater alguns municípios que têm calçadas. Do ponto de vista estético é complicado colocar outro material, mas a verdade é que aquele calcário usado em calcetaria é demasiado brando, fica polido em poucos meses devido à própria dureza da rocha, não conheço nenhuma forma de lhe dar essas características anti derrapantes e a solução será a utilização de um material sintético com características semelhantes.

Aquele material é muito escorregadio e um assunto preocupante nos dias de chuva. Os peões já se acautelam e não põem o pé nas pedras brancas mas, no caso dos carros, às vezes não é fácil passar sem que uma roda fique no branco. Esperemos encontrar alguma solução tecnológica para este problema mas confesso que a desconheço.

Sr. d. m. Délio Borges – Gostaria de lembrar uma proposta desta bancada do PSD de há vários anos que o senhor presidente da Câmara incluiu no seu manifesto eleitoral. Refiro-me ao orçamento participativo municipal do qual não temos visto desenvolvimentos e já vamos a meio do mandato. Já temos orçamento participativo a nível nacional e regional mas falta-nos o orçamento participativo municipal e a última vez que o questionámos sobre o assunto no ano passado, o senhor presidente da Câmara refugiou-se na questão do preço da plataforma.

Uma pequena percentagem do orçamento deve destinar-se a projetos que são discutidos, votados e nomeados pelo cidadão com quem deve ser partilhada a gestão municipal. É importante dar esse passo em frente, senhor presidente. Quando é que vamos ter orçamento participativo municipal?

Sr. presidente da Câmara – Essa matéria não está esquecida mas coloca um conjunto de desafios nada fáceis de ultrapassar e nunca escondi as minhas dúvidas sobre a utilidade desse tipo de orçamentos. Os senhores presidentes de juntas de freguesia que aqui estão, assim com outras instituições, fazem todos os anos o orçamento participativo apresentando as suas propostas que são debatidas e apoiadas.

Se existe um concelho em que há participação a todos os níveis nas questões orçamentais, é este. Estamos a falar em quase dois milhões de euros que são distribuídos pelas nossas juntas de freguesia e pelas diversas instituições que apresentam a suas propostas e, por esta via, creio que já temos um orçamento participativo; no entanto, não podemos ficar ao lado das modas e temos intenção de as seguir, mas esta moda nada traz de bom para a democracia, já de si participativa, em que elegemos os nossos representantes que têm a obrigação de dialogar, isso sim, num verdadeiro orçamento participativo. Dito isto, faremos o orçamento participativo que as condições exigem. Os trabalhos estão a decorrer e esperamos que esteja incluído na apresentação orçamental de 2020.

Sr. presidente da Mesa – Como se trata de uma questão que foi colocada por vários intervenientes durante esta discussão, não gostaria deixar de passar a oportunidade de referir algo que me preocupa há algum tempo. Como as festas Sanjoaninas deste ano comemoram a chegada de D. Afonso VI à ilha Terceira a 17 de junho de 1669, porque não, transformarmos a Casa de Regalo num sítio visitável pelos turistas, sobretudo portugueses?

Quando vou a Lisboa, o que faço com alguma frequência por razões diversas, sempre que apanho um táxi e digo que sou açoriano espantam-se por não ter pronúncia, o que me deixa meio possesso. Quando pergunto se sabem que a ilha Terceira foi por duas vezes capital de Portugal, isso ninguém sabe; no entanto, são capazes de saber que a padeira de Aljubarrota meteu meia dúzia de espanhóis no formo. Expulsámos uma frota espanhola mas não constamos da história de Portugal que devia ser ensinada aos meninos como se faz em relação à padeira de Aljubarrota.

É muito importante que o Governo Regional, a Câmara Municipal ou até a própria Assembleia, oficiem no sentido de se transformar a Casa de Regalo - que está à ordem dos militares apenas para alguns eventos e muito bem estimada - num ponto de atração para que os turistas que vêm à Terceira, saibam que ali viveu um rei de Portugal.

Terminadas as intervenções, a Informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao resultado ao exercício de 2018. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:

- Demonstração dos resultados do exercício:

- Custos e perdas: 6 621 088,11 € (seis milhões, seiscentos e vinte e um mil, oitenta e oito euros e onze centavos).
- Proveitos e ganhos: 7 076 358,93 € (sete milhões, setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito euros e noventa e três centavos).
- Resultado líquido do exercício: 455 270,82 € (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta euros e oitenta e dois centavos).

- Fluxos financeiros:

- Saldo da gerência anterior: 2 197 085,26 € (dois milhões, cento e noventa e sete mil, oitenta e cinco euros e vinte e seis centavos).
- Recebimentos: 8 001 943,62 € (oito milhões, mil novecentos e quarenta e três euros e sessenta e dois centavos).
- Pagamentos: 7 640 512,19 € (sete milhões, seiscentos e quarenta mil, quinhentos e doze euros e dezanove centavos).
- Saldo para a gerência seguinte: 2 558 516,69 € (dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e dezasseis euros e sessenta e nove centavos).
- Execução orçamental: 2 482 635,61 € (dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco euros e sessenta e um centavos).
- Operações de tesouraria: 75 881,08 € (setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um euros e oito centavos).

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3.5 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), no Relatório de Gestão é proposto que, 5% do resultado líquido do exercício de 2018 no valor de 22 763,54 € (vinte e dois mil, setecentos e sessenta e três euros e cinquenta e quatro centavos), seja transferido para a conta 571 “Reservas legais”. O remanescente, no valor de 432 507,28 € (quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sete euros e vinte e oito centavos), manter-se-á em “Resultados transitados”.

Os Documentos de prestação de contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro, e ser-lhe-ão remetidos, nos termos do n.º 4 do ponto 2 - considerações técnicas, do POCAL e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na redação da Lei n.º 20/2015 de 9 de março.

A Assembleia Municipal deverá deliberar sobre a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício constante do ponto 6.1.6 do relatório.

Sr. presidente da Câmara – Os pontos 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 da nossa Ordem de Trabalhos estão interligados, por isso peço permissão ao senhor presidente da Mesa para os apresentar em conjunto.

Sr. presidente da Mesa – Poderão ser apresentados e discutidos em conjunto e votados separadamente.

Sr. presidente da Câmara – Passo a apresentar aos senhores membros da Assembleia as contas do grupo municipal. Em 2018 tivemos uma boa execução e resultados financeiros excelentes, quer num lado, quer no outro.

Apesar das dificuldades causadas pelo ano hídrico, os Serviços Municipalizados têm as suas contas equilibradas e isto não é por acaso. Acontece que houve uma operação feita de transferência de pessoal dos Serviços para a Câmara Municipal que contribuiu para a obtenção destes resultados mas recordo que os Serviços Municipalizados continuam com alguma fragilidade do ponto de vista financeiro. A verdade é que tivemos resultados maus durante muitos anos que agora estão equilibrados e são a manifestação de um conjunto de opções de gestão, o que não significa que haja uma saúde financeira e possamos dizer que está tudo bem porque continua a ser uma área de atividade do município extremamente exigente.

Optámos por não aumentar tarifas desde outubro de 2010 e, como consequência, o que hoje pagamos é um valor do ponto de vista real substancialmente mais pequeno do que o que se pagava na altura, ou seja, há aqui uma desvalorização tarifária que tem um impacto sobre as contas. De qualquer maneira, os SMAH terminaram o ano muito bem com um volume financeiro em caixa que nos permite assegurar que esta Assembleia não se deve preocupar com aquela entidade.

Em relação à Câmara Municipal aconteceu exatamente a mesma coisa. Apesar de uma execução razoavelmente boa, tivemos também bons resultados financeiros, o que me leva a concluir que a situação financeira do grupo municipal está estabilizada.

Quanto ao inventário de bens e obrigações patrimoniais, temos aqui 188 530 000,00 € mas os nossos auditores colocaram uma reserva que tem a ver com a valorização de alguns bens imóveis, uma questão antiga com que nos tínhamos deparado. O anterior auditor entendeu que não havia razões para reserva mas este entendeu o contrário e fê-lo bem porque temos um conjunto de bens do município que estão valorizados de forma deficiente, o que significa que temos muito mais do que este valor. Algumas das ruas mais antigas não estão valorizadas, o que apenas tem sido feito naquelas que têm sofrido intervenções, e alguns imóveis como este não têm sofrido qualquer atualização desde os anos 40.

No caso dos Serviços Municipalizados, há problemas relacionados com repercussão de subsídios, ou seja, os dinheiros recebidos da União Europeia através do antigo PEDRAA, nalguns casos também pela Câmara Municipal, não foram incorporados no património municipal. Este valor de 188 milhões e meio de euros é muito bom mas teremos bastante mais do que isso.

Com a alteração do sistema contabilístico a acontecer no próximo ano que determinará o fim do POCAL e a passagem para o sistema de normalização contabilística comum, haverá a oportunidade de se fazer a revalorização e essa questão que foi levantada pelos auditores será ultrapassada.

A revisão na Câmara Municipal e nos Serviços Municipalizados será feita de acordo com o orçamento que foi aprovado por esta Assembleia. Basicamente, reinscreveremos estas rubricas naquelas que a Assembleia decidiu serem as financiadas este ano e isto permitirá dar execução àquilo que foram os compromissos assumidos com os nossos eleitores na aprovação do último orçamento. Esta revisão não introduz qualquer distorção no orçamento aprovado, limita-se a

colocar o financiamento naquelas rubricas que estavam com financiamento indefinido ou subfinanciadas, e agora passarão a ter o financiamento necessário para que seja possível dar-lhes a adequada execução.

Sr. d. m. Délio Borges – É importante perceber que estas contas apresentam um novo recorde de arrecadação de receita fiscal para o município de Angra. São mais 100 000,00 € de IMI, 160 000,00 € de IMT, 40 000,00 € de IUC e mais uns trocos de outros impostos, o que totaliza um acréscimo de receita fiscal de cerca de meio milhão de euros. Senhor presidente, precisamos de um novo impulso e de novas obras para este concelho. É importante perceber que estas receitas não dependem da Câmara Municipal; as que dependem de Lisboa têm uma taxa de execução de 100%...

Sr. presidente da Câmara – Uma execução de 109%.

Sr. d. m. Délio Borges – Isto tem a ver com o que é planeado e entendido como objetivo no início do ano e resulta de alguns cálculos que poderiam até ser discutíveis. No que respeita às receitas que são previstas pela Câmara Municipal, a taxa de execução já desce para 65% e é importante discutirmos também as rendas da habitação social. Já aflorámos isto um bocadinho, o ano passado aprovámos nesta Assembleia uma alteração à norma de controlo interno e foi-nos dito que o objetivo seria melhorar...

Sr. presidente da Câmara – E melhorou muito.

Sr. d. m. Délio Borges – Pouco; 15 mil euros apenas, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – Isso tem a ver com a recuperação de créditos antigos.

Sr. d. m. Délio Borges – Passámos de 151 mil para 169 mil euros. É um pouco melhor.

Sr. presidente da Câmara – É a inversão de uma curva.

Sr. d. m. Délio Borges – Estamos a falar de cerca de meio milhão de euros de rendas por pagar. Segundo o relatório de gestão que, reconheço, está muito bem esmiuçado, metade desta dívida corresponde a 66 casos que estão identificados e não têm planos de pagamento. A dívida aumentou e por uma questão de justiça social é preciso tomar medidas relativamente a esses casos com base no que aprovámos o ano passado relativamente à norma de controlo interno.

Senhor presidente, faltam quatro documentos naquilo que nos foi apresentado relativamente às contas. Falta o mapa de empréstimos, o mapa de outras dívidas a terceiros a 31 de dezembro, o mapa dos recebimentos em atraso relativamente às entidades coletivas e singulares e a declaração de compromissos - que está prevista na lei - assinada por si a comprovar a não existência de dívidas na base de dados do sistema de contabilidade autárquica. Notamos alguma falta de cuidado porque normalmente os documentos são digitalizados separadamente e este ano foram digitalizados em bolo, o que dificulta um pouco a análise. As dívidas a terceiros de cobrança duvidosa e de habitação social ultrapassam um milhão de euros...

Sr. presidente da Câmara – Mas do Estado é a maior fatia e tem a ver com o IRS de 2009...

Sr. d. m. Délio Borges – Gostaria que nos explicasse a que corresponde esta dívida de meio milhão de euros de cobrança duvidosa e se não poderá ser considerada em parte como perda definitiva porque, segundo sei, existem aí dívidas da extinta CULTURANGRA.

Sr. presidente da Câmara – Antes de mais, as minhas desculpas pelas falhas. Creio que deve ter acontecido qualquer coisa na digitalização dos documentos que foram atempadamente entregues à Assembleia na conferência de líderes e o nosso auditor não daria o seu assentimento à prestação de contas se os mesmos não estivessem devidamente elaborados.

Devido ao nosso bom desempenho do ponto de vista da receita geral, temos mantido a política de não aumentar as taxas e outras. Como sabem, foram eliminadas as taxas que tinham a ver

com festas e outras atividades culturais organizadas por instituições sem fins lucrativos que implicam uma perda de receita justificável porque é uma forma de também ajudarmos as comissões de festas das freguesias.

A receita tipicamente cobrada numa freguesia variava entre os 600 e os 800 euros por ano e foi eliminada porque as comissões de festas já têm dificuldades em satisfazer outros requisitos e esta é uma forma de apoio por parte do município. Eliminámos também totalmente as taxas sobre as touradas tradicionais e pusemos apenas uma pequena taxa que é crescente sobre as não tradicionais que corresponde a menos de 1/5 das taxas anteriores e representava cerca de 6% da receita municipal mas, felizmente, temos outras fontes de financiamento que permitiram suprir esses resultados.

No que respeita à habitação social, neste momento existem apenas duas situações: ou se está a pagar através de um plano de pagamento ou existe uma ação de despejo em curso e a alteração que se fez da norma de controlo interno teve resultados muito positivos. O senhor vice-presidente que tem esse pelouro a seu cargo, está a dizer-me que neste momento ninguém está a aumentar a sua dívida e estão todos a pagar.

O relatório de gestão refere ao ano de 2018, um período anterior à aprovação da norma de controlo interno. Quem está a morar nas casas será obrigado a pagá-las mas algumas dessas dívidas serão eventualmente consideradas incobráveis porque pertencem a moradores já falecidos e outras arrastam-se desde há doze ou quinze anos.

As dívidas são colocadas em cobrança duvidosa por imperativo legal de acordo com o enquadramento da dívida no momento e serão declaradas como perdas se as condições legais assim o determinarem. Estas coisas são feitas de acordo com o que está na lei e a última palavra cabe ao auditor que, como já aqui disse, apenas levantou a reserva relativa à valorização do património, o que nada tem a ver com dívidas.

As dívidas de terceiros à autarquia estão controladas e têm essencialmente três origens: a dívida do Estado, num processo que é muito inseguro, e o IHRU que nunca pagou o financiamento das casas do bairro de S. Sebastião e originou um processo no Tribunal Administrativo para decidir se são obrigados a pagar. Eles afirmam que o prazo de pagamento tinha caducado mas nós achamos que não e estamos à espera de uma ação judicial porque esse dinheiro ronda os 400 mil euros.

O outro grande setor tem a ver com as habitações sociais em que, nalguns casos, tínhamos um passivo que vinha desde o início dessas habitações. Havia também muitas dívidas relacionadas com os pagamentos da água, saneamento e resíduos, uma matéria que está totalmente controlada porque se aplicou uma política muito rigorosa de corte e quem não paga, é cortado. As coisas têm corrido manifestamente bem e houve uma grande recuperação de créditos dos Serviços Municipalizados. Ainda a respeito da habitação social, e por uma questão de justiça social, não pode haver quem viva lado a lado com a mesma situação socio económica em que uns pagam e outros não.

Sra. d. m. Sónia Pimentel – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, colegas deputados municipais. Verificamos que, no plano e orçamento que nos foi apresentado, está já contemplada uma parte do financiamento para a remodelação do quartel dos bombeiros dos Altares mas gostaria de saber se está para breve o início das obras e se a parcela restante do financiamento será assegurada pelo Governo Regional.

Sr. presidente da Câmara – As obras ainda não iniciaram devido a um conjunto de razões, algumas do foro pessoal de quem deve resolver esta questão, e este atraso nada tem a ver com o município. Tanto quanto sei, a segunda parte do financiamento ainda não está resolvida, uma

negociação entre a Proteção Civil e os bombeiros, mas as obras não ficarão por fazer porque foi dada uma garantia por parte do município caso não haja financiamento do Governo Regional.

Sr. presidente da Mesa – Na última assembleia geral da associação de bombeiros, e uma vez que o orçamento da região estava já aprovado, foi referido que no próximo ano seria colocada a verba em falta para a conclusão das obras. Como já disse o senhor presidente da Câmara, o atraso na assinatura do contrato de execução da obra deve-se a questões do foro pessoal do senhor presidente da associação que se espera ver resolvidas a curto prazo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Volto a referir a questão do IMI nos centros históricos classificados, um assunto de discussão recorrente nesta Assembleia que não deixa de ser importante, dado o montante financeiro envolvido. Continua a haver decisões que transitam em julgado e dão razão aos grupos de munícipes residentes em centros históricos classificados que têm apresentado queixa pelo não cumprimento da lei que os isenta do pagamento desse imposto referente aos imóveis das zonas classificadas.

No caso específico do concelho de Angra, trata-se de um valor muito significativo de arrecadação de receita, por isso gostaria que o senhor presidente da Câmara nos fizesse um ponto da situação, uma vez que, segundo as sentenças desses tribunais, aqui também se continua a proceder a uma cobrança ilegal de IMI aos proprietários da zona classificada.

Ao jeito de pescadinha de rabo na boca, volto ao início para salientar a importância deste momento do mandato. Sabemos que os saldos contabilísticos não coincidem necessariamente com os saldos de tesouraria, porque há verbas cabimentadas e nem tudo são moedinhas à Tio Patinhas, mas há momentos em que o investimento público é ainda mais necessário e está na altura de lembrar o senhor presidente da Câmara que existe um acordo e um conjunto de medidas propostas pelo PSD que foram acolhidas pelo executivo camarário e introduzidas nos documentos previsionais que devem avançar em passo de corrida.

Vamos adiante com essas propostas, assumir esses compromissos e acelerar as execuções sem nos eternizarmos em estudos, senhor presidente. O senhor pode lançar já as primeiras pedras nas Sanjoaninas e fazer as inaugurações no final do seu mandato que a gente não se importa porque é o nosso contributo para a boa governança.

Sr. presidente da Câmara – Cabe à autoridade tributária a condução desse processo do IMI e até agora não houve nenhuma decisão de uniformização do entendimento. Em última análise, o assunto acabará com certeza no Tribunal Constitucional, mas antes disso esperemos que a Assembleia da República se lembre de esclarecer a lei porque já foram feitos insistentes pedidos por parte de várias autarquias, incluindo a nossa.

A lei tributária tem uma redação diferente da lei de bases do património cultural e falta saber qual dos dois entendimentos prevalece. Os tribunais têm tido posições contraditórias e quando houver uma uniformização do entendimento que terá que acontecer um dia destes, nós ficaremos a par. Para além de termos uma ação política junto da Assembleia da República para que o assunto se esclareça, nada podemos fazer sobre essa questão porque não somos quem liquida os impostos, uma tarefa que cabe à autoridade tributária.

As consequências podem ser extremamente gravosas para o nosso município com um desequilíbrio global das nossas contas e aquela saúde financeira de que hoje aqui falámos, transformar-se-á num grande problema financeiro. Nunca me viram cantar glórias sobre a situação financeira do município e digo sempre que está equilibrada, mas o horizonte tem as suas ameaças.

Mais uma vez há aqui uma situação de justiça social. Quem mora dentro de uma linha não paga e quem vive do lado de fora paga, porquê? Este é um assunto extremamente delicado que diz também respeito a todas as freguesias, a lei está mal feita e precisa de urgente correção, e

esperemos que haja a vontade e a coragem de esclarecer a questão para que isto se resolva de uma vez por todas logo a seguir às eleições legislativas nacionais. Aqui somos apenas espectadores interessados e de alguma maneira interventivos mas não temos nenhum poder sobre esta matéria que é da exclusiva responsabilidade da autoridade tributária.

Não se registaram mais intervenções. Após votação, os Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo constantes do Ponto 1.2 foram apreciados e votados por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 - Documentos relativos à prestação de contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relativos ao exercício de 2018. Para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” - não aplicável, 24 “Ativos de Rendimento Fixo” - não aplicável, 25 “Ativos de Rendimento Variável” - não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” - não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

- Fluxos financeiros:

- Saldo total da gerência anterior (2017): 1 615 717,09 € (um milhão, seiscentos e quinze mil, setecentos e dezassete euros e nove cêntimos).
- Receitas orçamentais: 20 490 510,25 € (vinte milhões, quatrocentos e noventa mil, quinhentos e dez euros e vinte e cinco cêntimos).
- Despesas orçamentais: 18 958 574,76 € (dezoito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos).
- Saldo para a gerência seguinte: 3 210 448,29 € (três milhões, duzentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte e nove cêntimos).

- Demonstração dos resultados do exercício:

- Custos e perdas: 16 704 305,62 € (dezasseis milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e cinco euros e sessenta e dois cêntimos).
- Proveitos e ganhos: 19 656 538,89 € (dezanove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito euros e oitenta e nove cêntimos).
- Resultado líquido do exercício: 2 982 233,27 € (dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e trinta e três euros e vinte e sete cêntimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

571 - Reservas Legais: 150 000,00 € (cento e cinquenta mil euros).

574 - Reservas Livres: 2 832 233,27 € (dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e trinta e três euros e vinte e sete cêntimos).

Os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo constantes do Ponto 1.3 foram apreciados e votados por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.4 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Câmara Municipal referente ao ano de 2018 cujo total é de 188 530 547,22 € (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e sete euros e vinte e dois centimos). Para apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea l), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/20163 de 12 de setembro.

O Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Câmara Municipal referente ao ano de 2018 foi considerado apreciado.

1.5 - Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2019. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

O documento foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.6 - Segunda revisão ao Orçamento e primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados para o ano de 2019. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

O documento foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

Sr. presidente da Câmara – Proponho que os Pontos 1.7 e 1.8 sejam discutidos em conjunto. Aproveitando estas saídas de que há pouco falei, em relação à Câmara Municipal temos necessidade de alguém capaz de usar os sistemas de desenho eletrónico, o AutoCAD. Como não temos ninguém no nosso quadro nessas condições, precisamos de abrir concurso para uma vaga para assistente técnico na área de técnico de engenharia civil especificamente para a área do desenho eletrónico.

Nos Serviços Municipalizados temos a necessidade de rejuvenescer as pessoas que trabalham na parte traseira dos carros de recolha de lixo por se tratar de uma profissão de desgaste muito rápido e quando se chega aos 40 ou 50 anos de idade, não há condições para continuar ali. Temos tido problemas de saúde com os trabalhadores daquele setor, especialmente problemas de coluna, e precisamos de fazer a seleção de quatro trabalhadores para rejuvenescer a recolha de resíduos.

1.7 - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2019. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O documento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.8 - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2019. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O documento constante do Ponto 1.8 foi aprovado por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.9 - Proposta de nomeação de júri para o recrutamento do cargo de direção intermédia de 3.º grau - Chefe da Unidade de Promoção da Economia. Para designação pela Assembleia Municipal da composição do seguinte júri nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto:

Presidente:

- Chefe da Unidade de Serviços Integrados,
Paulo Henrique Rocha Fantasia Cardoso.

1.º Vogal:

- Chefe da Unidade de Urbanismo e Infraestruturas Municipais,
Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira.

2.º Vogal:

- Chefe da Unidade de Cultural e Apoio Social,
Sandra Patrícia Vieira Costa.

1.º Vogal Suplente:

- Chefe da Unidade de Gestão Financeira e Recursos Humanos,
João Pedro Mendes Menezes Cardoso.

2.º Vogal Suplente:

- Chefe da Unidade de Resíduos e Limpeza Urbana,
Daniel Cunha Belo Projeto.

Sr. presidente da Câmara – Na última revisão de orgânica substituiu-se uma chefia de 3º grau que existia na área das zonas verdes e desporto por esta. O objetivo é, de alguma maneira, internalizar no funcionamento da autarquia a gestão da *Startup* e de todas as questões relacionadas com a promoção do turismo e da economia. Precisamos de recrutar uma pessoa com este objetivo, está aqui a abertura do concurso e a nomeação do respetivo júri.

A proposta de nomeação de júri constante do Ponto 1.9 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.10 - Decisão do Tribunal de Contas quanto à recusa de visto respeitante à readmissão do Município de Angra do Heroísmo na ART (Associação Regional de Turismo) e readmissão do Município de Angra do Heroísmo como associado daquela Associação. Para conhecimento da decisão do Tribunal de Contas e aprovação da Assembleia Municipal da adesão, bem da aceitação dos estatutos e a quota fixa anual de 1 250,00 € nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) do RJALEIAA.

Sr. presidente da Câmara – O Tribunal de Contas considerou que o estudo económico que fundamentou a decisão de adesão à Associação Regional de Turismo não era satisfatório. O estudo foi refeito e distribuído pelos senhores deputados e o objetivo é reiniciarmos este processo para que o município seja admitido nesta associação o mais rapidamente possível e as razões têm a ver com a necessidade de termos uma presença mais assertiva no panorama da promoção turística em conjunto com as outras autarquias do grupo central e ocidental do arquipélago.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Para que fiquemos tranquilos, precisamos que o senhor presidente nos garanta que não se repetirão os motivos que levaram à saída do município da ART. A nossa inclusão numa associação de promoção turística focada essencialmente nas ilhas do grupo central do arquipélago não pode impedir que o nosso concelho exerça a sua própria atividade

turística porque temos características diferentes de todas as outras ilhas dos Açores. Além de possuímos o mesmo que os outros em termos de turismo ambiente/natureza/mar, temos um acréscimo cultural e patrimonial que eles não têm e merece ser promovido de forma específica e temos ainda condições únicas para combater a sazonalidade turística na região.

Quanto a obstáculos externos provenientes dos vários níveis de governação do Partido Socialista na região - e é preciso sublinhar que são todos - é importante que Angra não permita que esse mar de rosas continue a espetar os espinhos neste concelho apesar de serem todos muito amigos.

Sr. presidente da Câmara – Quero assegurar a esta Assembleia que foram assumidas por outra entidade as questões que estavam a ameaçar o futuro desta instituição que, se for bem gerida, não nos levantará quaisquer problemas. O município de Angra tem interesse em fazer parte da associação pela necessidade de termos parceiros na boa gestão desta instituição e para nos certificarmos que ela não fará outros contratos programa com ninguém ou exercerá quaisquer outro tipo de atividades que no futuro se revelem problemáticas para o seu equilíbrio financeiro.

Terminadas as intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.10 foi considerado apreciado e aprovado por unanimidade.

1.11 - Voto de Congratulação a Luís Godinho pelo resultado da participação no Concurso da FEF (Federation of European Photographers). Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Intervenho apenas para salientar o mérito e a qualidade deste fotógrafo angrense que se destaca pela qualidade do seu trabalho como o comprovam os prémios que tem granjeado. Esta é uma forma justa de homenagearmos o Luís Godinho enquanto honramos também o concelho e a própria Assembleia Municipal ao darmos o devido valor a quem merece devido ao seu trabalho e mérito que honram também as suas raízes. Aqui está um bom momento de homenagear um filho da terra que se tem destacado pelo seu trabalho deveras meritório.

Não havendo mais intervenções, O Voto de Congratulação a Luís Godinho constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

1.12 - Voto de Congratulação à Comissão organizadora do Projeto “Um Dia Pela Vida” bem como a todos os membros das equipas e a todos os que contribuíram para a angariação de fundos e participaram nas atividades. Para aprovação da Assembleia Municipal.

Sra. d. m. Valdeci Purim – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante executivo, caros colegas. Por uma questão de justiça, proponho uma alteração à redação do texto referente ao Voto de Congratulação constante do Ponto 1.12.

A campanha de angariação de fundos e discussão sobre a questão do cancro já aconteceu por duas vezes na ilha Terceira em anos passados, uma vez na freguesia da Ribeirinha, outra em Angra e este ano atingiu uma dimensão que foi um sucesso retumbante. Eu fazia parte da comissão organizadora e este ano esperávamos reunir cerca de 25 ou 30 equipas mas acabámos com 65. Ainda não terminámos a angariação de fundos e já atingimos os 76 500,00 € e tudo isso foi possível graças ao empenho da vila do Porto Judeu, à junta de freguesia e a toda a equipa. Gostaria que fosse acrescentada ao texto do voto a referência à vila do Porto Judeu.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa não se opõe. Se os grupos parlamentares nada tiverem também a opor, será acrescentada ao texto a contribuição da junta de Freguesia do Porto Judeu para o êxito da campanha.

Terminadas as intervenções, o Voto de Congratulação constante do Ponto 1.12 foi posto à votação e aprovado por unanimidade.

1.13 - Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 da TERAMB, EM. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhores deputados municipais. Cabe-me informar que o ano 2018 decorreu bastante bem com resultados líquidos, foram feitos investimentos e as paragens da CVE correram bem com bons resultados na recuperação dos equipamentos. No ano passado atingimos um recorde e somos já responsáveis por 6,8% da produção de energia em toda a ilha. Os investimentos têm sido feitos em articulação com outras entidades para o melhoramento da combustão dos resíduos que recebemos e fez-se um investimento destinado aos resíduos compostos por subprodutos animais para podermos operar a gasóleo quando procedermos às paragens da incineradora.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre de uma notícia que há pouco tempo circulou por aí acerca da possibilidade da TERAMB importar resíduos de Itália, o que não aconteceu devido à reprovação por parte do Governo Regional. Não tendo havido na ilha Terceira os problemas de impacto social e político respeitantes à instalação daquela unidade de valorização de resíduos, também me parece adequado que a mesma sirva para tratar os nossos resíduos, eliminar os passivos ambientais e não aceitar lixo de mais lado nenhum além daquilo para que foi projetada para que não surjam daqui quaisquer questões sociais e volto a questionar o senhor presidente da Câmara acerca da possibilidade de se avançar com a instalação de um tratamento mecânico e biológico de modo a possibilitar a receção de resíduos provenientes da ilha de S. Miguel.

Julgo que os nossos vereadores já expuseram em reunião de Câmara a questão referente ao aumento do tarifário da reposição de resíduos mas gostaria de voltar ao assunto nem que seja para constar na ata da Assembleia porque me parece excessivo um conjunto de reclamações que tem havido por parte dos empresários em nome individual que trabalham no setor das relvas e jardinagens que se queixam de atingir com facilidade a tonelada de resíduos vegetais que lhes custa 25 euros à entrada do aterro.

O empresário em nome individual que aufera 50 ou 60 euros num dia de trabalho, facilmente atinge pesos consideráveis e metade do dia de trabalho vai embora com um peso de uma tonelada enquanto esses resíduos têm valor calórico para queimar na incineradora e um valor biológico para trituração ou compostagem. Por essa razão houve um desincentivo à deposição desses resíduos no perímetro da TERAMB que voltaram a aparecer em locais menos desejados misturados até com detritos da construção civil.

O tratamento de resíduos tem também uma função social, ambiental e ecológica e as tarifas devem ser necessariamente apelativas em vez de um custo ou um encargo adicional no final de um dia de trabalho. Compreendo que um particular possa, a título excepcional, ser confrontado com uma taxa de reposição porque deposita resíduos de vez em quando, mas quem o faz frequentemente por necessidade, tem os custos das viaturas e dos combustíveis e muitas vezes desloca-se de pontos da ilha mais remotos.

Fica aqui a sugestão para que haja uma revisão das taxas da TERAMB de modo a torná-las mais baratas e apelativas e desincentivar a deposição e o abandono desses resíduos noutros

locais que não sejam o perímetro da incineradora. O documento em discussão veio aqui apenas para apreciação mas é extremamente importante abordar e discutir estas questões.

Sr. presidente da Câmara – Em relação à primeira questão sobre a importação de resíduos, houve de facto uma primeira proposta que a TERAMB não considerou adequada e foi pedida autorização ao Governo Regional que não autorizou uma segunda proposta respeitante à importação de resíduos em rolos semelhantes àqueles que os agricultores fazem, contendo papel, plástico e outros materiais combustíveis devidamente limpos e tratados e a TERAMB conformou-se com essa decisão.

Como o ano 2018 demonstra, conseguimos fazer a instalação funcionar assim mesmo com bons resultados. Com a importação desses resíduos ganhar-se-ia cerca de um milhão de euros, dinheiro que serviria para aumentar substancialmente a receita, mas a verdade é que se consegue viver sem ela. Esses resíduos não fizeram grande falta porque a TERAMB não procura a obtenção de grandes lucros, basta mantê-la equilibrada.

O assunto referente ao tratamento de resíduos provenientes da ilha de S. Miguel já foi por diversas vezes explicado publicamente. O tratamento é possível desde que haja investimentos adequados nos dois lados mas acabei de ler nos jornais de S. Miguel esta semana que não vai ser assim e os nossos colegas daquela ilha têm o direito de optar por aquilo que entenderem mais adequado. Aparentemente não haverá a vinda de quaisquer resíduos e temos que dimensionar e fazer funcionar a nossa operação com aquilo que temos.

O tarifário da TERAMB é o mais baixo de todos os tarifários em qualquer lugar do mundo civilizado, foi bem uniformizado numa decisão devidamente ponderada e todos devem pagar o mesmo. A TERAMB não pode receber resíduos de construção porque não é possível tratar entulho em nenhuma das instalações e estão instaladas na ilha outras entidades que o podem fazer. Quando alguém pede uma licença de obras é obrigatória a assinatura de um documento sobre o tratamento dos respetivos resíduos e o empreiteiro deverá cobrar esse valor aos seus clientes que lhe devem exigir que trate do assunto.

Coisa diferente são as pequenas obras de bricolage que gerem até 250 kg de resíduos que são assumidos gratuitamente pelo município e lhes dará um destino final. Os limites legais para resíduos individuais isentos de qualquer pagamento são 1 100 litros de volume ou 250 kg de peso daquilo que chegar primeiro enquanto os grandes empreiteiros devem contratar quem lhes preste esse serviço de acordo com a lei.

Se cortar a relva da minha casa vou ter uma grande dificuldade em arranjar 1 100 litros, a não ser que não seja cortada há muito e esteja mais alta do que eu. As podas de grandes árvores são consideradas casos individuais que devem ser tratados em conjunto com as juntas de freguesia que recebem os chamados «monstros». Basta marcar para alguém ir lá buscar e esses resíduos também não são pagos. Quem tiver uma atividade industrial de jardinagem ou outra qualquer deve ser tratado como tal e os valores cobrados aos clientes devem incluir o tratamento adequado dos resíduos. Nenhum de nós terá que pagar o que quer que seja se fizer uma poda pontual uma vez por outra e basta falar com a nossa junta de freguesia para que o assunto seja resolvido gratuitamente.

Estes preços que estamos a praticar na TERAMB são fortemente subsidiados pela venda de eletricidade. Se não queremos transformar a empresa intermunicipal num buraco, temos que levar a sério o que diz a lei e os resíduos produzidos pela atividade económica têm que ser incluídos no respetivo preço. Se tenho uma atividade económica produtora de resíduos, devo fazer repercutir no meu trabalho, o preço dos resíduos e do seu tratamento. Com os resíduos individuais, no concelho de Angra ninguém teve nem terá problemas.

Os Serviços Municipalizados estão em vias de construir ecocentros com baias em várias freguesias do concelho para servir as freguesias vizinhas. Qualquer um de nós que tenha algo

para deitar fora, vai ao ecocentro, deposita e ninguém lhe vai perguntar nada. Os ecocentros estão de porta aberta dia e noite sem qualquer tipo de controlo sobre quem lá põe as coisas e tudo será levantado pelos serviços. É esse o caminho para evitar que as pessoas depositem resíduos em locais inapropriados.

Tanto quanto sei - e tenho falado com todos os senhores presidentes de junta de freguesia - não há neste momento nenhum recrudescimento da deposição sistemática e ilegal de resíduos, antes pelo contrário, tem-se verificado uma clara diminuição. As nossas freguesias estão muito mais limpas como o podem atestar os senhores presidentes de junta aqui presentes. De vez em quando acontece um caso ou outro - que a junta de freguesia rapidamente resolve - e a Câmara Municipal assumiu com os senhores presidentes de junta o não pagamento da entrada de resíduos em lado nenhum. Os resíduos são entregues e a Câmara paga os custos dos respetivos tratamentos.

Estamos neste momento a viver uma situação extremamente positiva do ponto de vista do tratamento de resíduos. Quanto à atividade económica, senhor deputado, é assim a lei e é assim que deve ser porque o tratamento de resíduos tem custos que devem ser repercutidos nos beneficiários do serviço.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Ó senhor presidente da Câmara! Se os custos fossem repercutidos nos beneficiários dos serviços em todas as atividades, lá se ia para o caixote do lixo, toda a política social socialista. No caso específico das ramagens, falamos de quem faz um trabalho de jardinagem de subsistência, quase sobrevivência, falamos daquele indivíduo que trabalha à hora ou ao dia, tem as suas máquinas de cortar relva e uma carrinha velhinha de 3 500 kg comprada em segunda mão com dificuldades em passar na inspeção e para quem o peso de 25 euros à tonelada é, de facto, excessivo. Não estamos a falar de industriais da jardinagem; são pessoas que vivem de baixos rendimentos que fazem o seu trabalho ao dia, contando que todos estejam coletados.

O senhor presidente da Câmara usou aqui uma argumentação bem ao seu estilo mas que tenho que contrapor porque não temos como comprovar os tarifários do restante mundo civilizado. Não temos forma de saber se é, de facto verdade, ou se se trata de mais uma daquelas coisas a que o senhor presidente já nos habituou e vai dizendo a ver se pega. Já pegou com mais facilidade mas agora é mais difícil.

Uma coisa lhe podemos garantir, senhor presidente; é que os rendimentos deste país e dos jardineiros do concelho de Angra estão mais próximos dos países do terceiro mundo do que dos países do mundo civilizado e exigem-se tarifas adequadas ao que as pessoas podem pagar. É tão simples quanto isso.

Quando se faz uma crítica, deve haver também uma sugestão, por isso sugiro que se aumente a informação relativa a estas questões porque não venho aqui à Assembleia Municipal apresentar estas situações de ânimo leve e está a faltar a devida informação aos empresários em nome individual, o vulgar e comum jardineiro que faz deste trabalho o seu modo de sobrevivência e, se calhar, desconhece as alternativas de que dispõe enquanto carrega a sua carrinha velhinha de 3 500 kg comprada em segunda mão e com dificuldade em passar na inspeção para transportar resíduos para o aterro sanitário que lhe custam 25 euros a tonelada.

Sr. presidente da Câmara – Para um último esclarecimento em relação a esta matéria, no que diz respeito ao mundo europeu, as tarifas são todas do domínio público. O senhor deputado ou qualquer outro membro desta Assembleia tem, com certeza, acesso à internet e em dois ou três minutos com um computador ou um qualquer telemóvel poderá conhecer essas tarifas e compará-las com as nossas; é o desafio que lhe deixo.

Volto a informar que, alguém que corte uma relva ocasionalmente até 250 kg por dia está isento de qualquer pagamento. Quando se tratar de coisas maiores, façam o favor de falar com a

vossa junta de freguesia que vos dará a informação correta. Centenas de pessoas fazem isso todos os dias, por isso não haverá assim tanta falta de informação. A TERAMB tem que ter uma política de preços adequada e não pode abrir exceções...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Esses serviços extraordinários são um grão de areia...

Sr. presidente da Câmara – Qualquer grão de areia perturba. Quem tiver a necessidade de gerir alguma tarifa de resíduos, faça o favor de contactar a Câmara Municipal de Angra e diganos que tem um problema que nós tentaremos ajudar a resolvê-lo. Isso não pode ser resolvido através de tarifas generalizadas mas sim, através de contratos específicos em determinadas condições.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018 da TERAMB constante do Ponto 1.13.

1.14 - Substituição de Luís Brasil no Conselho de Ilha pelo deputado municipal Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa.

Após votação por escrutínio secreto, a proposta foi aprovada por maioria com 28 votos a favor, 7 abstenções e 3 votos contra.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h25m do dia 15 de abril de 2019, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos

1.º Averbamento – Declaração de Retificação

Em cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal com a referência 32/2019/AMAH, de 14 de junho, e nos termos do artigo 174.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, procede-se à seguinte retificação da presente ata que contém a inexactidão abaixo descrita, assim:

onde se lê:

«1.10 – Decisão do Tribunal de Contas, quanto à recusa de visto respeitante à readmissão do Município de Angra do Heroísmo na ART – Associação Regional de Turismo e readmissão do Município de Angra do Heroísmo como associado daquela Associação. Para conhecimento da decisão do Tribunal de Contas e aprovação da Assembleia Municipal da adesão, bem da aceitação dos estatutos e a quota fixa anual de € 1 250,00, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) do RJALEIAA.»

Deve ler-se:

«1.10 – Decisão do Tribunal de Contas, quanto à recusa de visto respeitante à readmissão do Município de Angra do Heroísmo na ART – Associação Regional de Turismo e readmissão do Município de Angra do Heroísmo como associado daquela Associação. Para conhecimento da decisão do Tribunal de Contas e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, da adesão, bem da aceitação dos estatutos e a quota fixa anual de € 1 250,00, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea n) do mesmo diploma, bem como do previsto no artigo 53.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAEL), aplicável por remissão do artigo 56.º, n.º 3, do mesmo regime jurídico».

Angra do Heroísmo, 17 de junho de 2019

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos